



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Relatório Técnico do Projeto

POLÍTICAS PÚBLICAS, MORADIA, SANEAMENTO E MOBILIDADE: UMA ANÁLISE PARTICIPATIVA DO PAC NA PERSPECTIVA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE E DA JUSTIÇA AMBIENTAL

Chamada MCTI/CNPq/MCIDADES Nº 11/2012

Fevereiro 2015

REALIZAÇÃO



APOIO



Equipe:

Fatima Pivetta (Pesquisadora do Projeto - ENSP/Fiocruz)

Jairo Dias de Freitas (Pesquisador do Projeto - Escola Politécnica/ Fiocruz)

Lenira Zancan (Pesquisadora do Projeto ENSP/Fiocruz)

Marcelo Firpo de Souza Porto (Coordenador do Projeto - ENSP/Fiocruz)

Marize Bastos da Cunha (Coordenadora do Projeto ENSP/Fiocruz)

Equipe de Campo:

Alan Brum Pinheiro (Coordenação de Campo no Alemão)

Anastácia dos Santos (Assistente de campo em Manguinhos)

Arley Macedo (Coordenação de campo na Rocinha)

Camila Perez (Assistente de Campo na Rocinha)

Cleber de Araújo Nascimento (Assistente de Campo na Rocinha)

Fabiana Melo Sousa (Coordenação da equipe audiovisual)

Gleide Guimarães (Assistente de campo em Manguinhos)

Gilson Alves de Jesus (Assistente de campo em Manguinhos)

José Ricardo Duarte Ferreira (Assistente de Campo na Rocinha)

Mônica dos Santos Francisco (Moderadora de oficinas)

Raphael Calazans (Assistente de campo no Alemão)

Renata Trajano (Assistente de campo no Alemão)

Raull Santiago (Assistente de campo no Alemão)

Apresentação

O projeto *Políticas Públicas, Moradia, Saneamento e Mobilidade: uma análise participativa do PAC na perspectiva da promoção da saúde e da justiça ambiental* buscou analisar o PAC Urbanização de Assentamentos Precários – o chamado PAC Favelas – nos Complexos de Manguinhos, Alemão e Rocinha, no município do Rio de Janeiro, considerando as intervenções referentes a aspectos ambientais – particularmente o saneamento e a mobilidade urbana -, e seus desdobramentos sobre a ocupação do território e a moradia, bem como sobre a integração dos moradores a seu entorno e à cidade, a partir da perspectiva da Promoção da Saúde e da Justiça Ambiental.

Em nossa pesquisa, as três dimensões propostas para a análise do PAC Favelas - saneamento, a mobilidade urbana e a moradia - conformam chaves de acesso através das quais se procurou construir novas formas de conhecer tais territórios e seus lugares na cidade tendo como referências a promoção emancipatória da saúde e a justiça ambiental. Considerando que tais dimensões indicam elementos estruturais no desenvolvimento histórico de territórios de elevada vulnerabilidade socioambiental, e em sua integração à cidade, eles constituem-se também como unidades de análise através dos quais se torna possível elaborar uma avaliação participativa dos territórios, sob o impacto de intensas transformações que implicam em novas conformações espaciais e diferentes práticas de ação local e novas formas de sociabilidade.

A proposta integra-se ao conjunto de estudos e ações que vem sendo desenvolvidos pelo Laboratório Territorial de Manguinhos (LTM) da Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz desde 2003, em particular aos resultados obtidos pelo projeto “Território, Políticas Públicas e Promoção da Saúde: análise dos efeitos potenciais do PAC para a redução de riscos ambientais e vulnerabilidades em Manguinhos, Rio de Janeiro”, financiado através do convênio entre a FIOCRUZ e Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde.

A pesquisa foi desenvolvida pelo LTM (Laboratório Territorial de Manguinhos) da FIOCRUZ, de dezembro de 2012 a novembro de 2014, em parceria com a TV Tagarela da Rocinha e o Instituto Raízes em Movimento do Alemão. A participação ativa destes parceiros favoreceu a formação de uma rede de trocas, com a inserção de novos atores (coletivos ou indivíduos) e dando sustentação à constituição de *Comunidades de Pesquisa Ação (CAPs)*, o que permitiu a rápida articulação e circulação de informações e conhecimentos, potencializando as atividades do projeto. A rede contribuiu ainda para viabilizar a pesquisa em momentos de tensão e condições adversas, concorrendo para criar e amadurecer novas ações e coletivos locais.

Considerando as mudanças trazidas pelo PAC, o projeto procurou discutir as seguintes questões: tais mudanças responderam às demandas históricas dos moradores em relação ao saneamento?; elas contribuíram para a mobilidade dos moradores dentro destes territórios e para integrá-los à cidade?; as mudanças realizadas vêm produzindo novas configurações espaciais e sociais nas regiões alcançadas pelas grandes intervenções do PAC?; o que vem significando para os moradores viver nestes territórios em mudança? Quais os desdobramentos de tais mudanças sobre a produção social da saúde e da doença?

A fim de responder a tais questões, além de uma revisão bibliográfica, o estudo recorreu a um conjunto de procedimentos qualitativos de pesquisa, tendo como base o uso de linguagens audiovisuais, a história oral, e processos de produção compartilhada de conhecimento. Dentre tais procedimentos metodológicos destacamos as oficinas de discussão com atores locais mediadas por materiais do LTM, anteriormente produzidos sobre o PAC Manguinhos, por outros materiais disponibilizados pelos agentes sociais parceiros nos territórios do Alemão e da Rocinha e, ainda, por cadernos, filmetes e imagens produzidas durante a pesquisa.

Ao longo de todo o projeto foram realizadas visitas regulares as localidades, onde pudemos conversar com os moradores e fazer registros de imagens; a equipe esteve presente em diferentes eventos nos três territórios. Cabe destacar que a observação sistemática e as visitas guiadas nas localidades permitiram enriquecer os dados coletados, ao oferecer novos elementos, a partir de uma situação observacional (BECKER, 1993), onde é possível acompanhar os agentes sociais envolvidos, em ação e em relação com outros agentes.

Foram realizados três ciclos de oficina, totalizando 12 oficinas, além de dois seminários finais. Um deles, reunindo moradores de cada território, apresentou os produtos finais do projeto (Cadernos e vídeos), promoveu um debate e ocorreu de forma a promover a troca entre as diferentes localidades. O outro seminário final realizou uma mesa de discussão contando com a presença de Leo Heller (Relator Especial da ONU sobre Água e Saneamento e Professor Colaborador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão em Saneamento da UFMG) e de Raphael Gonçalves (Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-RJ e Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais), e abrindo uma discussão com os presentes, dentre os quais pesquisadores e técnicos convidados, além de moradores das três localidades.

Neste processo, as Comunidades de Pesquisa Ação (CAPs) tiveram um papel central. Foram as CAPs de cada território que encaminharam a agenda de temas e questões de cada conjunto de favelas, realizaram as oficinas locais e acompanharam os eventos. A constituição de *Comunidades de Pesquisa Ação* destacou-se como um dos aspectos centrais na elaboração de uma proposta de metodologia participativa, capaz de analisar os impactos das políticas públicas, a partir de uma perspectiva compreensiva que considera as diferentes visões e as experiências dos sujeitos envolvidos neste processo. E ainda, capaz de indicar caminhos que possam influenciar e redirecionar políticas públicas, e que simultaneamente reduzam vulnerabilidades socioambientais e ampliem os direitos humanos e a cidadania das populações.

O projeto procurou contribuir, portanto, para o desenvolvimento de um modelo de metodologia participativa de avaliação de programas e políticas públicas em favelas e periferias, com base em processos educativos capazes de promover a autonomia e o fortalecimento das ações locais e dos sujeitos coletivos, bem como dos indivíduos nelas envolvidos.

Na pesquisa, ressaltamos também as novas tecnologias de comunicação e informação (internet, vídeos), assim como a incorporação de diferentes linguagens e saberes (cinema,

teatro, a música, literatura de cordel, fotografias) tanto como mediadores das atividades realizadas, como canais de informação, mas também como produtos.

Os resultados da pesquisa envolvem um leque diferenciado de produtos específicos, tais como apresentações de trabalhos em eventos científicos (5); artigos/capítulos de livros preparados para publicação (3); cadernos de oficinas (4); relatórios de pesquisa (3); slides shows (3); filmes (4); vídeos finais (3). Além disso, destacamos a página “Territórios em Movimento” criada no facebook, um importante veículo de diálogo entre os três territórios, e canal do You Tube “*LTM Territoriosemmovimento*”.

O relato que segue apresenta os resultados do projeto, está organizado em cinco partes: uma reflexão teórica sobre os temas que integram a pesquisa; discussão sobre a avaliação participativa e a metodologia da construção compartilhada do conhecimento e as Comunidades Ampliadas de Pesquisa Ação; uma análise do que levantamos na pesquisa, refletindo sobre o PAC nos territórios; reflexões sobre o trabalho social e os suas repercussões sobre a participação, e por fim concluir abrindo novas agendas para a pesquisa ação decorrentes dos resultados do projeto. Assim o relatório está dividido em:

1. Pensando a favela, suas mudanças e as políticas públicas: alguns referenciais teóricos
2. A produção compartilhada de conhecimentos e a criação de comunidades ampliadas de pesquisa-ação (CAP);
3. O PAC: do planejado ao executado;
4. A participação comunitária e a engrenagem que não funcionou;
5. O PAC e Agenda aberta pela pesquisa ação

1. Pensando a favela, suas mudanças e as políticas públicas: alguns referenciais teóricos

O projeto deu continuidade ao acompanhamento do PAC iniciado anteriormente pelo LTM em Manguinhos e ampliado para os complexos da Rocinha e do Alemão. Ele insere-se, portanto, na experiência acumulada pelo LTM ao longo de mais de 10 anos, respondendo a sua missão de buscar caminhos de pesquisa e intervenção, na perspectiva da promoção emancipatória da saúde e da justiça ambiental, e que tenham como base processos educativos que, incorporem diferentes saberes e experiências, e favoreçam a autonomia dos sujeitos envolvidos, bem como a promoção de sua liberdade.

A promoção emancipatória da saúde é compreendida aqui como um processo dialético voltado à produção compartilhada de conhecimentos e práticas que favoreçam a constituição de espaços de conquistas de liberdade, de redução de vulnerabilidades socioambientais e de exercício dos direitos humanos fundamentais através do que Paulo Freire denomina de ‘inéditos viáveis’ (PORTO & PIVETTA, 2009:220). A produção compartilhada é realizada a partir de dinâmicas de mediação entre os conhecimentos científicos e o saberes populares, contextualizados no cotidiano das populações em seus lugares de vida, considerando assim sua forma de produzir a existência.

Outra fonte de inspiração do LTM são os movimentos por justiça ambiental, os quais envolvem inúmeras formas de resistência e transformação da sociedade a partir da emergência de problemas e conflitos socioambientais, os quais se realizam em territórios específicos (O'CONNOR, 2001; PORTO & FINAMORE, 2012). Os princípios da justiça ambiental implicam não somente em relacionar problemas de saúde e ambiente com questões de cidadania, direitos humanos, mas reconhecer as vozes dos moradores e trabalhadores do território como centrais para a transformação social. Esta é uma concepção que se coaduna com uma visão ampliada de saúde, compreendida enquanto uma das expressões do viver, onde estão se destacam não apenas as dimensões biomédicas e ambientais, mas também as sociais, éticas, culturais e estéticas irreduzíveis. Portanto, são dimensões que não podem ser compreendidas por cálculos monetários de custo/benefício, por relações lineares de causa e efeito, tampouco podem ser exclusivamente captadas ou expressas pelas linguagens argumentativas e lógicas da ciência (PORTO, 2012).

A questão da promoção da autonomia é uma das dimensões mais fundamentais ao desenvolvimento da proposta da produção compartilhada de conhecimento. A este respeito o compartilhamento no processo investigativo é concebido como caminho necessário à construção de um conhecimento crítico, capaz de decifrar a complexidade da realidade para o pesquisador e o pesquisado, e colocar em questão os lugares destes agentes no processo de produção do conhecimento (CUNHA, 2007). Com isso, indica-se que o avanço da proposta da produção compartilhada do conhecimento só pode se realizar a partir da busca de caminhos que favoreçam um processo de pesquisa e ação, que contribua para a crescente autonomia de ambos os lados: do pesquisador ou técnico; e do pesquisado/morador ou usuário dos serviços. Recupera-se assim, o paradigma freiriano da educação expresso nas ideias: "Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão"; "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo" (FREIRE, 2001).

Nossa investigação partiu do pressuposto de que, para compreender a dinâmica do território, e avançar numa perspectiva de produção compartilhada, é necessário constituir uma visão compreensiva das localidades, onde possamos ter acesso aos diferentes pontos de vista dos moradores, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos, conformando aquilo que Bourdieu denomina "espaço de ponto de vista" (1997). Não se trata, pois de abrir mão de referenciais explicativos dos processos em curso em territórios vulneráveis, mas de ampliá-los, lançando um olhar compreensivo sobre a realidade, agregando o espaço de ponto de vista daqueles que vivenciam tais transformações.

Incorporando o referencial teórico do historiador Thompson (1987; 1981), é possível afirmar que a "experiência" dos moradores, ainda que inscrita em processos macroestruturais do mundo social é vivida por estes sujeitos, que tratam desta experiência em sua consciência de maneiras diferenciadas, de acordo com sua cultura, sua visão de mundo e sua historicidade. Desta forma, apesar de inseridos em determinadas condições de vida, que traduzem uma crescente vulnerabilidade socioambiental e conformam seu campo de ação, os moradores não respondem reativamente a elas, mas atravessados por sua experiência, que implica

numa determinada forma de apropriação da realidade e nas possibilidades de ação sobre ela (CUNHA, 2005). A noção de experiência constitui-se, portanto, como uma mediação fundamental no desvendamento dos processos de constituição do espaço e dos processos de produção social de saúde-doença, bem como da formulação de políticas públicas, em particular, naquelas que se referem ao enfrentamento da situação de saúde em territórios vulneráveis. Isso porque é fundamental como elemento mediador na produção de um conhecimento que conceba a pesquisa e a ação em saúde, numa perspectiva dialógica, e promotora da autonomia dos sujeitos envolvidos em ambos os processos, de investigação e intervenção.

São inúmeros os desafios nos espaços urbanos das cidades brasileiras para se realizar políticas e programas que de fato corroborem para a promoção da saúde emancipatória e a justiça ambiental em territórios de grande vulnerabilidade socioambiental. Com relação aos territórios urbanos, continua a ocorrer uma forte urbanização e fragmentação territorial das cidades e regiões metropolitanas na América Latina, com intensos problemas socioambientais e sanitários. As metrópoles brasileiras expressam um papel contraditório na lógica da acumulação da região, continuando a marginalizar, apesar das políticas públicas de inclusão social, um amplo conjunto de populações ainda excluídas do trabalho, renda e seguridade social. A isso se acopla a fragilidade histórica das políticas públicas de moradia para classes populares, o que propiciou processos marginais de ocupação irregular que formam vastos territórios, caracterizados como periferias ou favelas e que emergem como contradição central na tensão entre a cidade formal e informal. Ao mesmo tempo, nas cidades e suas periferias também emergem novos movimentos sociais em busca de cidadania e direitos, principalmente através ações políticas que envolvem a juventude em diversos movimentos culturais, como a literatura, a música e as artes audiovisuais.

Em termos de Saúde Pública no Brasil, em que pese os avanços no controle da mortalidade infantil e na atenção básica decorrentes da ação do SUS, diversos problemas ainda fazem parte da agenda sanitária de praticamente todas as regiões urbanas do país, assolando mais intensamente as populações vulneráveis dos territórios periféricos. Dentre eles destacamos a falta de saneamento básico, os problemas respiratórios associados à poluição, o consumo de drogas e as mortes por acidentes e violência urbana, além das deficiências do SUS local e de programas como a Estratégia de Saúde da Família. Com efeito, as mudanças que concorrem para a crescente vulnerabilidade social e a ampliação da segregação social, têm causado um impacto no padrão de distribuição de doenças em diversas regiões e escalas geográficas. São mudanças que aumentam a complexidade epidemiológica favorecendo a emergência de novas doenças e a re-emergência de antigas endemias. Tal fato se traduz, por exemplo, na projeção que a dengue e a tuberculose vem assumindo nas metrópoles brasileiras, e em particular no município do Rio de Janeiro.

No que se refere às favelas, várias localidades foram alvo de programas urbanísticos, sendo que algumas delas receberam grandes intervenções que prometeram mudar por completo sua configuração espacial e social, como é o caso das áreas de estudo: Alemão, Mangueiras e Rocinha.

Nossa preocupação, considerando a dimensão participativa da avaliação, foi buscar apreender o particular significado, para os moradores, da transformação nos territórios urbanos atingidos por processos de vulnerabilização, considerando a entrada de novas iniciativas e programas criados pelas políticas públicas atuais.

A revisão bibliográfica e a análise documental, bem como os depoimentos dos moradores nas várias oficinas realizadas em nossa investigação, indicam alguns processos que nos parecem importantes para compreender tais territórios. São processos desumanizadores, que mostram a face mais violenta, dramática e mesmo trágica do modelo de desenvolvimento econômico e social gerador de desigualdades, e das políticas públicas que lhes tem sustentado. Destacamos três processos importantes a seguir.

Dialogando com as reflexões de Eclea Bosi a respeito da obra de Simone Weil (BOSI, 1987; 2003), destacamos o *desenraizamento*, que deve ser entendido como o processo que retira o morador de seu lugar por diferentes razões, mas todas relacionadas a um modelo de desenvolvimento econômico e social que cria desigualdades sociais e ambientais: ele está presente na migração do campo para a cidade, ou quando os moradores precisam deixar suas casas em função de uma enchente ou outra situação de risco; ocorre ainda com aqueles que são removidos por causa de programas urbanos que os obrigam a deixar o lugar onde moram. Desde que as primeiras favelas se formaram no Rio de Janeiro, até os dias de hoje, quando se expandem, encontramos experiências de pessoas que foram arrancadas de seus lugares de origem - seja das próprias áreas centrais da cidade, seja de regiões rurais por todo o país - para dar lugar a um progresso que beneficiava a poucos.

O desenraizamento contribui para a compreensão do processo de transformação pelo qual passam as populações das favelas e áreas periféricas, que se tornaram estranhas em suas próprias localidades em função das mudanças na dinâmica do narcotráfico, da ação das milícias e das novas formas de políticas públicas, mediadas por um leque diversificado de agentes sociais, desde ONG's até o narcotráfico. Desta forma, os atuais processos de mudança no território, ao invés de promover políticas públicas intersetoriais, contribuir para inserir os moradores na cidade e potencializar suas redes de sociabilidade e coesão social, concorrem para reforçar a provisoriidade, como um modo de vida que marca historicamente tais localidades.

A **provisoriidade** vem sendo apontada como importante marca do surgimento e desenvolvimento das favelas no Rio de Janeiro, e em especial as políticas públicas voltadas para elas. Itamar Silva, morador da favela Santa Marta e coordenador do IBASE, nos diz em seu texto *Favela é Cidade*, na Revista Democracia Viva nº 47 que o "Estado sempre teve dificuldade em lidar com o fenômeno das favelas no Rio de Janeiro. A marca desta relação sempre foi a provisoriidade e a incompletude de suas promessas". Desde o surgimento das primeiras favelas em nossa cidade, a provisoriidade tem se destacado, e as intervenções públicas nas favelas também tem se dado de forma provisória, obrigando aos moradores a conviverem com a precariedade do que é deixado e buscarem respostas para aquilo que fica inacabado. "A provisoriidade no Rio de Janeiro já dura no mínimo 114 anos, e moradores, e moradoras de favelas hoje representam 25% da população da cidade", diz Itamar Silva.

Por fim, destacamos a *invisibilidade*. Desde que começaram a se expandir pela cidade, as favelas são consideradas problemas. Por volta de 1920, na primeira campanha contra as favelas na cidade, elas são chamadas de “lepra estética”. A comparação com doenças sempre foi uma marca para se referir às favelas. No entanto, os modos de vida, as formas culturais, as redes sociais e o cotidiano da favela sempre foram pouco visíveis. Sabemos que há algumas décadas, o trabalho de muitos profissionais que atuam no serviços, em especial de saúde e educação, e muitos estudos e pesquisas, tem tornado estes aspectos visíveis. No entanto, ainda há muita invisibilidade em relação ao que acontece no cotidiano nas favelas. Em nossa pesquisa, identificamos vários problemas, muitos dos quais produzidos ou agravados pelas obras do PAC. Algumas das causas de adoecimento e morte nos vários territórios nos mostra que o drama cotidiano dos moradores não é visível, nem para muitos pesquisadores, nem para os profissionais que atuam junto a esta população, e nem para os sistemas de dados. Não são visíveis também muitas respostas que os moradores tem dado a estes dramas ignorados.

O PAC foi precedido por uma experiência histórica que não pode ser ignorada, especialmente quando se trata de identificar e discutir a percepção daqueles que são atingidos pelo programa. Nos documentos avaliativos das organizações locais ou supralocais, que procuram monitorar as ações do PAC, em depoimentos dos moradores, evidencia-se um diálogo com o passado e a avaliação de que não há mudanças significativas nas práticas políticas governamentais. Destaca-se ainda uma luta histórica das favelas e de vários fóruns pela integração da favela à cidade, e sua configuração como “bairro popular”, aqui tomado a partir de uma concepção, que envolve uma ideia de favela cidadã (SANTOS: 1981; VALLA V: 1986; SILVA: 2005; SILVA MELLO et al: 2012).

Se o desenraizamento é a marca da experiência histórica de grande parte dos moradores, e a provisoriade é a marca das políticas voltadas para as favelas ao longo da história, a dimensão da permanência e do pertencimento está presente na vida dos moradores, através de suas lutas comunitárias ou mesmo de seus projetos de moradias, construídas em um esforço coletivo, e em suas redes de sociabilidade, tecidas ao longo dos anos (CUNHA, 1995; 1996). Assim, é preciso considerar que quando uma intervenção como o PAC avança, o faz sob um território marcado pelo provisoriade, mas habitado por moradores que vem tecendo projetos de vida, suspensos, ou mesmo abortados, pelas incertezas do programa. Sendo assim, é fundamental considerar o impacto das mudanças em territórios, marcados por várias intervenções urbanas pontuais, e também pela violência. E, particularmente, o impacto na vida das pessoas, concebidas como experiências coletivas, dramas que se repetem no tempo e no espaço, mas que não assumem visibilidade pública. E que por não serem publicizados, são percebidas como casos pessoais, isolados. Aqui, o que está em jogo, é a dimensão mais subjetiva deste processo que se reverte em problemas de saúde, que é timidamente considerada nos programas públicos.

Com efeito, uma das questões que nos guiou na pesquisa foi buscar indícios das mudanças trazidas pelo PAC na configuração espacial e social do território, e a avaliação dos moradores a este respeito.

O aspecto que mais se destacou em depoimentos dos moradores e nos grupos de discussão, em todos os casos estudados, foi o fato de que o PAC não atingiu igualmente o território. Com isso, criou-se dentro destes territórios espaços PAC e espaços Não PAC. Um morador da Rocinha analisa:

É como se as pessoas fossem criando uma favela dentro da favela (...). Nos extremos aumenta a pobreza. Que política pública é esta? Que não atende os extremos? Os extremos da favela já eram esquecidos, são esquecidos, vão continuar esquecidos (Rocinha)

A afirmação de que o programa não atingiu igualmente todo o território se desdobra em algumas dimensões. Em muitos casos, localidades não atendidas ressentem-se de muitas melhorias, como é o caso da Varginha em Manguinhos e do Morro da Esperança (Pedra do Sapo) no alto do Complexo do Alemão. Ao mesmo tempo, há o fato de que algumas áreas que deveriam ser atingidas pelo PAC, não o foram, ou foram alcançadas de forma precária, como é o caso do Morro dos Mineiros, Matinha e da Travessa Laurinda, ambas no Complexo do Alemão. Nos Mineiros, o PAC só chegou à rua principal. No caso da Matinha, os moradores destacam que precisaram pressionar para que fossem feitas intervenções na localidade, e ainda assim muitas obras ainda estão incompletas, e a caixa d'água construída não funciona. Em relação à Travessa Laurinda, cujo acesso se dá através de uma escadaria em péssimas condições e uma encosta que oferece riscos, havia uma proposta de melhoria da escadaria de acesso, como uma mudança paisagística, que não saiu do papel. Em Manguinhos, localidades como Vila Turismo, e principalmente CHP2 e Parque João Goulart, sofreram intervenções, mas estas concorreram para desconfigurar tais localidades, fazendo desaparecer ruas e becos, removendo casas, e deixando destroços e valas abertas no meio do caminho. O resultado é que estas localidades ainda encontram-se mergulhadas em um cenário de destruição, experimentando a incerteza quanto às mudanças futuras no território. Há moradores que vivenciam toda esta mudança, angustiados pelo medo de que a localidade vai desaparecer.

Considerando os depoimentos, o PAC criou uma situação onde não há o novo e o antigo. Há o novo e o destruído (que seria o antigo), sendo que o novo é chamado em todos os três territórios, como uma maquilagem. Certamente, a experiência histórica dos moradores diante dos programas públicos anteriores, e jogo eleitoral, é uma referência fundamental quando eles avaliam o programa, e o chamam de maquilagem ou quando criticam os efeitos diferenciados em todo o conjunto de favelas, com áreas sendo mais beneficiadas do que outras.

Porque na Rocinha, em relação ao PAC, os lugares principais com mais visibilidade, de bom relacionamento político, eles são assistidos, eles foram assistidos por vários anos; os sistemas da comunidade que tem pouco visibilidade, pouco relacionamento político, pouca visibilidade política, eles não são assistidos, e acredito que não seja só na Rocinha, seja no Rio de Janeiro inteiro, se bobear no mundo inteiro deve acontecer isso.” (Rocinha)

Se for uma pessoa idosa, que não sai de casa, não sabe nem que existe PAC. A gente viu que parece que o teleférico é bem aqui, tendo tantos pontos mais altos, ele parou aqui no meio ... não sei porquê. Esta rua aqui maravilhosa parece a frente, o início da localidade, como é aqui a Grota, Joaquim de Queiróz. Todos chegam só ali e param: que lindo, o PAC do Alemão. Mas será que ali foi assim também? (Alemão)

Nitidamente, subindo a Central, para o PAC e dali é a vala negra e barracos de estuque, bem na pinguela caindo assim ... e aquelas pessoas ali, estão até hoje esperando o PAC 2. Porque quando parou ali, se foi dito que vai parar aqui porque todas as casas vão ser removidas, daí por diante, e nada aconteceu. (Alemão)

Em Manguinhos, o desencontro entre espaços PAC versus Não PAC, ou o novo versus o destruído, é evidente, inclusive para quem passa pela rua Leopoldo Bulhões, e se arrisca a olhar com mais atenção, e sobe o viaduto em direção ao DSUP. Referindo-se a todo o complexo construído no DSUP, que além do conjunto de apartamentos, conta com equipamentos importantes (como a biblioteca, uma escola de ensino médio, a clínica da família, a UPA), uma moradora destaca: *este gigante, elefante branco poderia ser um elefantinho menorzinho, se for ali na beira da Leopoldo Bulhões, atende João Goulart, CHP 2, Mandela. Muitos moradores avaliam que além do DSUP, a EMBRATEL, de todas ... foi a comunidade mais beneficiada Então assim, se a gente for olhar o processo de PAC em Manguinhos só aconteceu para a Embratel.*

Mas definitivamente, as intervenções que implicaram em remoções foram aquelas que mais marcaram a configuração da favela, alterando sua paisagem, e sendo experimentada enquanto um drama para os moradores. As grandes construções como o teleférico no Alemão e a elevação da Via Férrea em Manguinhos causaram, e ainda vem causando impactos sobre as vidas dos moradores. As obras desalojaram várias famílias, mas para além disso o impacto das máquinas e a remoção de habitações abalaram as estruturas de casas que não deviam, e não foram removidas. Muitas famílias passaram então a viver sob risco, em casa com paredes fraturadas, tetos e chão cedendo. E a despeito, do apelo à defesa civil, e em muitos casos com laudos que condenam a habitação, nada foi resolvido.

O fantasma da remoção faz parte da experiência histórica das favelas, muitas das quais resistiram a ela, como a própria Rocinha. No caso de Manguinhos, ela é parte integrante da história de moradores mais velhos, que já assistiram muitas remoções, indicando inclusive o fato de que parte do território de Manguinhos foi formado a partir de remoções. Por outro lado, há moradores de Manguinhos vivendo hoje em várias localidades da cidade, e mesmo do Estado.

É a partir desta experiência antiga, compartilhada com familiares e vizinhos, que os moradores em todos os territórios avaliam as remoções ocorridas, ou mesmo a ameaça de futuras remoções. E avaliam ainda a mudança para novos apartamentos, muitas vezes percebidos como perda, e não como conquista de um lugar melhor.

Nenhuma das famílias querem apartamentos, querem indenizações. Não querem nada. Simplesmente, elas querem suas casas como eram antes. Sua dignidade. Porque as casas das

peças, foram construídas por elas. Elas carregaram tijolos, cimento, areia, tem sua história de vida. Criaram seus filhos ali. Muitos não querem sair dali para ir para uma gaiola. Elas querem seu quintalzinho, seu jardim, como tem na minha casa e outras mais. A pergunta é: quem vai pagar por este prejuízo? Como vai ficar esta história daqui para frente. (Alemão)

(...) é uma agressão à identidade da pessoa. Ela não escolheu morar na Favela. Ela está ali porque ela quer sobreviver, é o que apareceu para ela. Ai constrói toda uma vida de incentivos, de trabalho, educação, de construção social, de valores que vai ser devastada” (Rocinha)

Pessoas que já tem ali, duas ou três gerações, estão sendo obrigadas a sair em função de uma política mal feita, mal conversada, que não é oferecida de forma correta para aqueles moradores. Daí, surge um novo grupo de moradores que não tem nenhum vínculo com a criação daquele lugar. (Rocinha)

Na Rocinha, as remoções aconteceram de uma maneira injusta quando comparamos o número de unidades habitacionais oferecidas com as unidades habitacionais construídas, menor que a quantidade de famílias removidas pelas obras do PAC. Da mesma maneira, não foram priorizados os moradores de algumas áreas de risco. A outra forma de expulsão acontece por uma possível gentrificação, ocasionada, principalmente, pelo aumento da especulação imobiliária. A expectativa de melhoria na qualidade de vida na Rocinha vem provocando um aumento dos preços sobre as moradias (aluguel, compra ou venda) e do custo de vida local.

As pessoas não tem mais condições de morar na Rocinha. Porque o poder público, quando ele vem com os serviços públicos, ele não vem visando os moradores. A visão dele de futuro é de uma mudança daqueles moradores para outros moradores, que tem uma condição de vida um pouco melhor. (Rocinha)

Em Manguinhos e no Alemão, não se configura uma situação de gentrificação, mas é evidente que o impacto do PAC, junto aos resultados da entrada da UPP, trouxe mudanças na configuração espacial e social, criando áreas mais privilegiadas e tornando o aluguel e a compra inacessível para muitos moradores. Em Manguinhos, várias famílias removidas precisaram deixar a região e romper seus vínculos com o local, uma vez que não puderam comprar ou alugar uma moradia com a indenização recebida. Por isso, uma moradora declara: *lá em Cabuçu, o que mais tem lá é gente de Manguinhos, e gente antiga. O que encontro lá? Moradores históricos de Manguinhos*”. Outra moradora informa: *“a gente ainda encontra pessoas peregrinando atrás de casa, seja para aluguel, seja para comprar. Porque não tem mais. Os alugueis subiram desesperadamente”*. E um morador também de Manguinhos analisa, comparando a situação de Manguinhos ao que ocorreu na Rocinha: *“é que você vai ter uma expulsão, de certa forma, uma expulsão de fato das pessoas que moram nas comunidades pela valorização deste espaço. E, como aconteceu na Rocinha e outros lugares, são estrangeiros estão comprando as casas, morando na comunidade”*.

Outro impacto do Programa vivido de forma negativa pelos moradores, especialmente na Rocinha e Alemão, diz respeito à entrada de vários serviços e ampliação do comércio local, incorporando pessoas de fora. No Alemão, por exemplo, os coletivos locais não aceitaram a

ideia de criação de um shopping particular, argumentando que era um tipo de empreendimento que deveria ser levado a frente pelos comerciantes locais.

Tem muita gente, muita gente mesmo, não tem como contar nos dedos, que tem seu empreendimento. Tem que pegar o cara que veio lá de fora para fazer este empreendimento? Ou tem que pegar o cara que lutou há anos e anos para ter o que ele tem hoje para botar aí? Se for para colocar o cara da comunidade, eu sendo jovem, assino embaixo. Mas se colocar gente de fora, eu vou falar: opa, tem coisa errada aí, o de fora vai ganhar pela gente? (Alemão)

Enfim, destacamos o que um morador do Alemão resumiu em sua fala, o sentido que o PAC vem tendo para a maioria: *o Novo que chega e nos remove*. Os participantes das oficinas nas três localidades discutiram então o Novo, que chega e remove casas, pequenos negócios e antigos espaços de lazer. O novo que desestrutura vias, estratégias de mobilidade e formas de sociabilidade que ajudavam na sobrevivência da favela. A verdade é que *quando fala PAC e remoções parece que é coisa nova, mas não é*, analisa uma moradora de Manguinhos. Uma moradora do Complexo do Alemão declara: *o PAC é um Programa de Aceleração do Capitalismo*. Um projeto que entrou sem respeitar os moradores, pois *“estes projetos não foram discutidos, foram apenas apresentados aos moradores”*, lembra um morador da Rocinha. O que ficou evidente é que o novo vai destruindo e removendo, sem construir no lugar. O Novo não resolve antigos problemas e ainda cria outros novos.

Neste sentido, o novo – PAC – trouxe mudanças na configuração espacial e social dos territórios, mas, de forma geral, seus aspectos foram experimentados de forma muito mais negativa do que positiva. O PAC repôs a referida experiência de desenraizamento, e criou provisoriamente na configuração territorial e social de um território, que ainda que com moradias precárias, com sistemas deficientes de infraestrutura urbana e de mobilidade, movimentava-se de acordo com práticas e redes sociais criadas ao longo de muitos anos. Como lembra um morador do Alemão: *mobilidade urbana a gente criou a nossa, seja com os moleques do mototáxi e os becos; todos os becos de favela do Complexo do Alemão vão cair numa rua principal ou numa rua de comércio*. Os dramas vividos pelos moradores diante destes processos de mudança, assim como as alternativas que eles dão a seus problemas, são invisíveis.

Neste sentido, é que pensamos que o avanço efetivo de políticas públicas para as favelas, de forma a integrá-las à cidade, pressupõe o diálogo com esta invisibilidade, de forma que ela possa se manifestar e contribuir na solução dos desafios das políticas públicas para as favelas e para a cidade. Este é um dos sentidos da construção compartilhada de conhecimento e de alternativas aos problemas vividos em nossa cidade.

Muitos moradores têm a clareza que a política para a favela, é uma política para a cidade, e para o país. Resta à sociedade sensibilizar-se neste sentido, compreendendo o significado da declaração do Mc Leonardo da Rocinha: *o dinheiro do PAC não pertence a Associação de Moradores, o dinheiro do PAC pertence ao Brasil. Então não falo como favelado, eu falo como brasileiro. (Mc Leonardo)*.

2. A produção compartilhada de conhecimentos e a criação de comunidades ampliadas de pesquisa-ação (CAP)

Em nossa pesquisa, a metodologia tem um papel fundamental, pois, mais do que a conformação de técnicas, ela se constituiu como um tema de reflexão teórica de experimentação, onde se busca discutir a importância do conhecimento dos moradores no processo de produção de informação, analisar a potencialidade da categoria de **experiência** (Thompson: 1981) na produção de conhecimento, e indicar um modelo participativo, capaz de incorporar as experiências de moradores e técnicos locais nas pesquisas e intervenções desenvolvidas no nível local. Ao considerarmos a experiência dos moradores diante do PAC, levamos em conta que esta experiência é mediada por formas culturais, religiosas, e pelo que Thompson denomina consciência afetiva e moral.

As pessoas não experimentam sua própria experiência como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral" (THOMPSON, 1981:189).

O tema da produção de conhecimentos é central dentro da proposta do LTM, seja em termos epistemológicos, metodológicos ou éticos. Propomos construir uma produção de conhecimentos que seja:

(i) **compartilhada** entre pesquisadores e moradores: pesquisadores que, ao se aproximarem de corpo e alma dos moradores, seus contextos e necessidades, transformam-se e questionam seus próprios papéis na produção de conhecimentos; e moradores, que também se tornam pesquisadores das suas próprias vidas em sociedade e buscam dialogar com as linguagens e formas de conhecimento produzidas pela academia e instituições.

(ii) **compromissada** ou **engajada** por parte de todos na busca de transformar solidariamente a realidade, em particular por parte dos pesquisadores das instituições que muitas vezes se colocam como "externos" e distantes das necessidades e desafios de transformação.

(iii) **contextualizada**, ou seja, operada a partir de dados da realidade e das dinâmicas vivenciadas pelos moradores e comunidades em suas relações cotidianas nos territórios que habitam, mas também de dados objetivos (socioeconômicos, ambientais, sanitários etc.) que buscam caracterizar este território.

(iv) **reflexiva e transformadora**, assumindo que as diferenças, os estranhamentos e a capacidade de se indignar frente a uma realidade por vezes tão bruta sirvam como matéria-prima para que pesquisadores e moradores se transformem e compartilhem possibilidades de ações conjuntas num trabalho coletivo, através de um espaço que denominamos de comunidade ampliada de pesquisa-ação.

O conceito de pesquisa-ação surgiu inicialmente como denominação daquilo que, dentro das ciências sociais, se colocava como a proposta metodológica que mais se aproximava de nossa intenção. Ou seja, um tipo de pesquisa social com base empírica concebida e realizada

em estreita associação com uma ação ou com a resolução de problemas coletivos, na qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

No caso do LTM, os problemas coletivos partiram do campo da saúde pública em sua relação com o ambiente, do reconhecimento das vulnerabilidades socioambientais existentes e suas determinações no processo de produção da saúde e da doença e da premissa dos moradores assumirem um maior protagonismo na capacidade de compreenderem e intervirem nas diversas políticas públicas que interferem – para o bem ou para o mal – nas suas vidas. Neste sentido, a saúde e os problemas socioambientais podem ser vistos como mediadores da relação entre a sociedade (determinação social) com a vida concreta das pessoas e comunidades (condições de vida). E a produção de conhecimentos como uma base possível para ações solidárias e transformadoras de promoção da saúde e da cidadania, desde que baseada na integração de conhecimentos e em sua validação social através da participação direta dos próprios moradores.

Em termos metodológicos, a produção compartilhada se realiza através da constituição e trabalho de comunidades ampliadas de pesquisa-ação (CAP). A CAP tem como objetivo ampliar e integrar o conhecimento e a informação sobre questões e problemas relacionados ao território, sejam temas sobre saúde e ambiente ou políticas públicas. Portanto, para cada problema a ser analisado e debatido buscamos criar CAP's específicas. A ideia de reunir, confrontar e estabelecer diálogos entre distintos saberes e perspectivas, no caso pesquisadores da FIOCRUZ e moradores-pesquisadores do lugar, pretende fornecer maior qualidade, contextualização e transparência tanto à produção de conhecimento quanto aos possíveis processos de compreensão e engajamento, principalmente dos moradores, mas também técnicos e instituições responsáveis pela implementação de políticas públicas.

A constituição de uma CAP reúne pesquisadores da FIOCRUZ e moradores dos territórios analisados, inseridos no projeto também como pesquisadores (enquanto bolsistas de pesquisa), eventualmente ampliada por outros moradores, pesquisadores e profissionais, com o objetivo de discutir temas, problemas e soluções para o território. O espaço das CAP's se realiza por meio de fóruns, encontros, oficinas e trabalhos de campo que permitem a confrontação e integração de saberes e perspectivas. Os saberes produzidos na academia e os situacionais e populares, trazidos pelos moradores, confrontam-se na busca de produção de sínteses sobre questões de investigação de interesse. Portanto as CAP's são dinâmicas e possuem temporalidades particulares que funcionam com o objetivo de avançar na análise contextual e crítica sobre questões e problemas do lugar.

O trabalho de uma CAP implica em criar as condições para um processo de tradução entre saberes capaz de fornecer inteligibilidade e confiança entre diferentes linguagens e perspectivas, possibilitando ampliar aos diferentes grupos sociais sua capacidade de compreender, interferir e transformar solidariamente uma dada realidade desfavorável. O que propomos traduzir inclui, dentre outros, temas como a complexidade, riscos, determinantes sociais, justiça ambiental e processos saúde-doença para o interior do setor saúde e das políticas públicas que interfiram no lugar. São múltiplas as linguagens e materiais produzidos nessa direção: além de textos, livros e cadernos-folhetos, recursos

audiovisuais como documentários, jogos interativos, literatura de cordel e um portal na internet, dentre outros. Tais materiais buscam romper com o silêncio e a invisibilização das vozes do lugar por meio de propostas de produção, circulação e apropriação de ciclos de comunicação virtuosos (ARAÚJO, 2006; ARAÚJO & CARDOSO, 2007). Tais ciclos, ao se realizarem, podem servir de espaços potenciais para a autonomia e emancipação das pessoas e comunidades nos territórios vulnerabilizados.

Trabalhar simultaneamente essas duas relações, a informacional-global e comunicacional-local, dialeticamente, pode contribuir para o rompimento com as “lógicas das monoculturas” do saber, do tempo linear, da classificação social, da escala dominante e produtivista, de que nos fala Boaventura Santos (2005), às quais o autor contrapõe cinco ecologias: a dos saberes (para além do saber somente técnico-científico); das temporalidades (para além do tempo somente linear); dos reconhecimentos (articulação dos princípios da igualdade e das diferenças); das trans-escalas (recuperação do que no local não é efeito da globalização hegemônica); e finalmente da produtividade (recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção).

No campo da saúde coletiva no Brasil, a proposta de Comunidade Ampliada de Pesquisa tem sido adotada como metodologia participativa por trabalhos no campo da saúde que propõem mecanismos de cogestão entre técnicos e trabalhadores do SUS, pesquisadores, usuários e organizações no estabelecimento de várias atividades de interesse para a saúde (Mori, Silva e Beck, 2009). Também no campo da saúde dos trabalhadores artigos apoiados no referencial da ergologia têm adotado este conceito como um espaço de confrontação-cooperação entre saberes científicos e práticos (BRITO E ATHAYDE, 2003; SILVA ET AL., 2009). Contudo, no LTM esta proposta assume um contorno vinculado às nossas origens no campo ambiental, nas discussões sobre complexidade e incertezas (FUNTOWICZ E RAVETZ, 1997), nas propostas de análises integradas e conexão entre saberes técnicos, situados e populares (Porto, 2007).

A realização de comunidades ampliadas no contexto acadêmico é condicionada por diversos elementos, como múltiplos financiamentos, regras para sua execução e disponibilidades de pesquisadores e participantes, os quais sistematicamente afetam as condições e o tempo da pesquisa. Nossa experiência revela como a submissão ao ritmo dos prazos, relatórios e produtos exigidos tende a precipitar possibilidades de convivência e produção compartilhada. Como revela Martins (1993), o ritmo da pesquisa de campo em diálogo com os movimentos da população é lento e exige aquilo que o autor chama de paciência histórica, uma espécie de “*slow movement*” que se coloca ao revés dos tempos acelerados de cobranças e produtividade.

A partir desta perspectiva, nosso estudo teve a preocupação de produzir um conhecimento, nos termos acima referidos, dialogando com a visão e a experiência que os moradores possuem sobre o PAC, relacionando-a a situação de saúde e ambiente. Tal diálogo realizou-se principalmente nas oficinas de discussão, nas CAPs organizadas em cada território, que só foram possíveis porque nossa metodologia implicou a constituição de uma rede de trocas.

Tal rede foi construída desde a etapa de implantação da pesquisa quando foram realizadas parcerias com organizações comunitárias - o Instituto Raízes em Movimento do Alemão e TV Tagarela da Rocinha, e ao longo de todo o processo, quando a rede se ampliou com novos atores coletivos e indivíduos. Foi esta rede que deu sustentação às comunidades de pesquisa ação (CAPs) construídas em cada território e permitiu a rápida articulação e circulação de informações e conhecimentos, potencializando as atividades do projeto. Ela contribuiu também para viabilizar a pesquisa em momentos de tensão e condições adversas, concorrendo para criar e amadurecer novas ações e coletivos locais.

Nesta rede foi importante o diálogo com moradores envolvidos em ações locais. Em nossa metodologia, consideramos a particularidade do lugar histórico social deste agente social quando se trata de contribuir para desvendar a complexidade dos processos estudados. Inspirando-se no conceito de Bourdieu (1990), partimos aqui da noção de campo do trabalho social, considerando que, localizados neste campo, os moradores envolvidos em ações comunitárias, circulam entre dois mundos conectados: o território onde vivem e atuam, e o universo da cidade democrática, travando relações com diferentes sujeitos (desde moradores até representantes do poder político, técnicos de instituições públicas e de ONG's). Eles encontram-se, portanto, em pontos onde as estruturas sociais estão em ação e experimentam as contradições resultantes de seu lugar social, produzindo uma reflexão sobre os processos a que está sujeito e que marcam a dinâmica comunitária. (BOURDIEU, 1997). Escutá-lo e acompanhá-lo significa ampliar nosso olhar, aproximando-nos das tramas que atravessam a vida em territórios vulneráveis, e que desafiam a ação das instituições que lidam com estas comunidades. (CUNHA, 2005; DOMINGUEZ, 2010).

Foram, portanto, principalmente estes agentes que participaram das oficinas de discussão realizadas nos territórios, sendo que alguns deles integraram as referidas Comunidades de Pesquisa Ação criadas em cada conjunto de favelas.

Tal como o grupo focal, as oficinas de discussão oferecem um espaço potente em termos de diagnóstico e avaliação de problemas, considerando a pluralidade de percepções, e pela heterogeneidade e não hierarquização de sua composição. No entanto, a oficina de discussão afasta-se do grupo de focal, por ser uma ferramenta de pesquisa e intervenção, que assume a perspectiva do procedimento de pesquisa, ser também um espaço de reflexão para os participantes, bem como gerador de determinados produtos, tais como sistematizações de informações e matérias áudio visuais. Tais oficinas oferecem, pois, a possibilidade de explorar o que Bourdieu chama de “espaço de ponto de vista”, ou seja, ter acesso aos diferentes pontos de vista dos moradores, não apenas tomados isoladamente, mas também em suas diferenças e conflitos (1997). Ao mesmo tempo, as oficinas constituem-se no espaço privilegiado dos agentes sociais participantes elaborarem uma visão reflexiva sobre sua experiência de vida e ações, bem como estabeleceram um diálogo a respeito das transformações do território. Nesta reflexão, o diálogo entre as três dimensões temporais – passado, presente e futuro – em um espaço coletivo, cumpre um papel fundamental. É neste espaço que pensamos que a partir do presente, os moradores atribuem novos sentidos ao passado e pensam de forma compartilhada suas trajetórias e o percurso do território. Como destaca Bosi: “as lembranças grupais se apoiam umas às outras

formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso, esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem” (BOSI, 1987:336).

Nas oficinas de discussão, concebemos a importância do “testemunho”, como elemento mediador, que se constitui numa chave de interpretação para os agentes sociais participantes do processo, tanto pesquisadores, quanto dos moradores. Aqui, o termo “testemunho” evoca uma dupla dimensão, onde estão colocados diferentes significados atribuídos pelos agentes sociais presentes na coleta de depoimentos e em grupos de discussão. Para o pesquisador, trata-se do uso da narrativa oral na pesquisa, que permite a coleta de dados. Considerando os pesquisados, a noção de “testemunho” nos leva aos valores culturais destes agentes sociais, e particularmente o significado conferido por eles à “palavra”, à oralidade. Se para nós, pesquisadores, a coleta de depoimento demarca um dos momentos fundamentais da investigação, ritual que buscamos preparar cuidadosamente, e exercer mesmo controle, para os entrevistados, ele é igualmente ritualístico (CUNHA, 2007). É um momento em que eles procuram controlar, no sentido que nos aponta Bourdieu, quando refere-se ao fato de que os entrevistados aproveitam “a ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da vida privada para a esfera pública” (1997: 704). O ritual de entrevista, do qual tais agentes participam com frequência, e sobre o qual acumulam experiência, atua como um canal de mediação através do qual reelaboram suas trajetórias e suas relações com diferentes agentes sociais (presentes na própria localidade e fora da mesma), o que se traduz em seus “testemunhos”, lugar e momento de “construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo”, como nos lembra Bourdieu. Lugar e momento de produzir e recriar seu conhecimento.

Em nossa pesquisa, o diálogo com as redes locais já existentes, bem como nas oficinas de discussão, revelou um caminho fértil não apenas como levantamento de material de pesquisa, mas também como instrumento de intervenção, onde os agentes sociais encontram um espaço possível de reflexão e auto reflexão, para construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto, no interior desse mundo, a partir do qual eles se veem a si mesmos e o mundo, e se tornam compreensíveis, justificados, e para eles mesmos em primeiro lugar (BOURDIEU, 1997: 704).

Nas oficinas de discussão recorreremos ao uso da linguagem audiovisual e as narrativas dos moradores (convertidas em depoimentos escritos) como elementos mediadores nas atividades. Em cada oficina, buscamos então usar linguagens que desencadeassem o estranhamento necessário à produção do conhecimento, mas que também se aproximassem das formas culturais dos participantes, de forma a potencializar sua reflexão, “seus testemunhos” e o debate.

É importante enfatizar que, para as oficinas de discussão cumprirem o papel proposto e nossa metodologia, recorreremos a alguns procedimentos/atividades, que juntos configuraram um caminho metodológico, discutido pela equipe e pelas CAPs, nos territórios. Tal caminho envolvia:

1. A escolha do espaço da oficina: além de acessível a todos, era importante que o espaço fosse um lugar onde todos se sentissem a vontade e, ainda, se constituísse em uma referência comum para os participantes, e ele mesmo pudesse, eventualmente ser um elemento mediador na discussão; foi o que aconteceu, por exemplo, especialmente na Biblioteca Parque de Manguinhos, muitas vezes referida pelos moradores ao longo da discussão como uma conquista importante do PAC, mas que situava-se longe da região principal de Manguinhos.
2. A mediação de todas as atividades da oficina foi feita por uma profissional qualificada para o uso da metodologia pois, além de ser moradora de uma favela (diferente dos territórios da pesquisa), tem uma experiência acumulada junto a projetos de pesquisa/intervenção, e qualificação acadêmica no campo de estudo.
3. O lanche para os participantes: oferecido em todas as oficinas era o momento especial de conhecimento, reconhecimento e agregação dos participantes, e entre estes e a equipe de pesquisa; por isso, houve um deliberado rompimento com a “ideia de *coffee break*” pois desde que chegavam às oficinas os participantes encontravam a mesa pronta, de forma que a primeira meia hora de oficina funcionasse como momento agregador.
4. Em todas as oficinas, a necessária apresentação do Tece (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) era bem explorada, de forma a apresentar as instituições promotoras e envolvidas no projeto, explicar o sentido da pesquisa e da produção do conhecimento para a equipe, e afirmar nosso compromisso ético.
5. Uma parte menor do tempo da oficina era usado para que fornecêssemos informações, sendo que algumas vezes isso era feito através de material escrito, distribuído e comentado.
6. As oficinas envolviam sempre a formação de pequenos grupos que discutiam temas propostos - mediados por questões colocadas para eles ou por imagens e depoimentos selecionados; a discussão em pequenos grupos permitia que todos se colocassem, e não houvesse a centralização da fala por qualquer participante; além disso, permitia que os grupos ensaiassem a sistematização escrita de ideias, e posteriormente a apresentação oral.
7. Em algumas oficinas, além do uso da linguagem audiovisual, recorremos à *performance* teatral através da apresentação da personagem Dona Solange, interpretada por uma das integrantes da equipe. Dona Solange era uma moradora da Rocinha e trazia em sua fala questões que se destacavam nos grupos das discussões. A sua entrada em cena permitia que os participantes se reconhecessem nas questões trazidas e se sensibilizassem para o momento de sintetizar as questões.
8. Nas apresentações dos grupos, as questões eram sistematizadas pela mediadora da oficina, de forma que no próprio momento da oficina pudéssemos sintetizar os pontos principais.
9. Em todas as oficinas era distribuído algum tipo de material para os participantes: cadernos do projeto ou informativos do projeto, material do próprio LTM ou de parceiros.

10. O final da oficina envolvia sempre uma atividade de reforço dos laços estabelecidos, como um presenteamento entre os participantes, a avaliação da oficina e um momento de agregação através de um abraço coletivo.

Além das oficinas, as referidas Comunidades de Pesquisa Ação (CAP) em cada território foram centrais no desenvolvimento da pesquisa. Criadas após o primeiro ciclo de oficinas, elas eram constituídas por participantes da equipe e por moradores do território.

As CAPs foram responsáveis pela agenda de questões encaminhadas em cada território, pelas visitas de campo, conversas individuais com os moradores e acompanhamento dos principais fatos e movimentos na localidade. Por isso, as CAPs possuíam uma autonomia, especialmente às agendas das questões e às dinâmicas propostas para as atividades realizadas nos territórios. Assim, por exemplo, a CAP da Rocinha julgou necessário uma entrevista com Toledo, o arquiteto que esteve a frente do Plano Diretor. A CAP Manguinhos fez visitas de campo regulares no território, após identificar uma sucessão de problemas urgentes denunciados pelos moradores, no que se referia a saneamento e moradias em risco. Além disso, a CAP Manguinhos atuou em diálogo com as pesquisas da Rede Teias Manguinhos e com o Conselho Gestor do Teias Escola Manguinhos. A CAP Alemão acompanhou o movimento Juntos pelo Complexo após a chuva que provocou vários desabamentos e deixou mais de uma centena de famílias desabrigadas em dezembro de 2013, criando uma rede de informações através do chat do *facebook* e do *whatsapp*.

É importante enfatizar que as CAPs funcionaram como espaços de formação com ações acadêmicas, como grupos de estudo, seleção e leitura crítica de textos, bem como a discussão de conceitos e análise dos problemas. Os debates confrontaram conhecimentos acadêmicos com os conhecimentos e experiências de moradores e organizações comunitárias. Os participantes das CAPs e os conteúdos produzidos pela pesquisa foram colaboraram e subsidiaram vários cursos de formação da ENSP (mestrado e doutorado, especialização e ensino a distância), bem como debates e ações em espaços não formais locais. Com efeito, buscamos assim ampliar a compreensão da construção compartilhada de conhecimento e a metodologia das CAPs, refletindo sobre este processo junto a alunos/pesquisadores em formação, técnicos e profissionais de educação e saúde.

Destaca-se nesse processo a produção de materiais político-pedagógicos: cadernos informativos e vídeos foram apresentados, debatidos e disponibilizados nas comunidades, escolas públicas, instituições diversas e outros espaços de formação, incluindo redes sociais e eventos científicos. Especial ênfase foi dada à criação de vídeos como material de mediação das atividades, permitindo aos diferentes sujeitos reconhecerem-se como sujeito do conhecimento produzido e de transformação da realidade, acessando e vivenciando as complexas questões trabalhadas de forma mais direta, sinóptica e criativa. O vídeo, ao reunir múltiplas narrativas, contribui para o encontro de diferentes subjetividades e experiências.

Ainda a respeito dos vídeos, é importante destacar que a produção de três vídeos finais sobre cada território foi realizado no âmbito da rede de trocas já aqui referida. Assim, para cada vídeo recorreremos a agentes locais no apoio de imagens complementares, em fotos e vídeos, e também da trilha musical, como foi o caso do músico Eddu Grau do Alemão. O

roteiro do vídeo foi feito por cada CAP acompanhada pela profissional responsável pela coordenação áudio visual e das redes sociais do projeto, que também fez a direção do filme e participou de sua edição. Com efeito, a produção do vídeo seguiu a mesma perspectiva da construção compartilhada do conhecimento, buscando um caminho que pudesse promover a autonomia e o conhecimento dos diferentes sujeitos envolvidos, abrindo o diálogo entre saberes e experiências diferenciadas. Desta forma, procuramos que os agentes se reconhecessem no produto final.

Para a realização de nossa proposta metodológica, a circulação de informações e do conhecimento que era produzido era um elemento central. Buscamos reduzir o tempo de circulação de informações, pois compreendemos que quando os moradores se apropriavam de determinados dados e informações (como por exemplo, nos Cadernos de Oficinas) eles acabavam por produzir novas leituras, individuais ou coletivas, que precisavam ser incorporadas pela pesquisa. Trabalhamos aqui com uma perspectiva de apropriação, que considera que as construções de sentido se dão encarnadas sob determinadas condições e processos, como nos diz Chartier:

Conceder deste modo atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção de sentido (na relação de leitura, mas em muitas outras também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais invariáveis devem ser construídas nas descontinuidades das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1990:27)

Sendo assim, não apenas a produção, mas também a circulação do conhecimento, e a observação de sua forma de apropriação, tiveram um papel fundamental em nossa metodologia, e na pesquisa como um todo. A este respeito, o uso das redes sociais, a constituição de uma página no facebook *Territórios em Movimento*, um canal do YouTube *LTM Territoriosemovimento*, e um grupo no *WhatsApp*, junto com a observação de notícias e informes, permitiu levantar questões fundamentais à agenda da pesquisa e concorreu para uma rápida e potente interlocução e produção de sínteses e novos movimentos/produtos, não apenas em cada território, mas entre os três territórios. Em função desta rede de trocas foi possível identificar eventos e analisar seus impactos, favorecendo intervenções dos moradores e seus coletivos junto aos gestores do PAC.

Em resumo, pensamos que estes foram os caminhos que tornaram possível que o projeto contribuísse para uma participação mais qualificada dos pesquisadores e moradores para o entendimento, reflexão e avaliação das políticas públicas, fortalecendo sua capacidade de intervenção.

3. O PAC: do planejado ao executado

Os conjuntos de favelas estudados em nossa pesquisa possuem em comum o fato de localizarem-se em regiões estratégicas do Rio de Janeiro, e vivenciarem acentuadas mudanças nos últimos anos, associadas à implementação de programas públicos,

particularmente o próprio PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mas também o Morar Carioca da Prefeitura Municipal e, ainda, a nova orientação da política de segurança do Estado do Rio de Janeiro, através da instalação da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora).

As três localidades receberam grandes intervenções que prometeram impactos sobre o território: em Manguinhos, por exemplo, a elevação da Via Férrea com o objetivo de integrar as comunidades separadas pela linha de trem, na altura da Avenida Leopoldo Bulhões; no Alemão, a construção do teleférico; e na Rocinha, a nova passarela projetada por Oscar Niemayer. Em todas elas, houve também uma ampla promessa de intervenção envolvendo vários setores e demandas, como a habitação, a regularização fundiária, o saneamento básico (água, lixo e esgoto), a drenagem de águas pluviais, o transporte e mobilidade urbana, a educação, a saúde, o esporte e lazer, dentre outros. Também se destacou a promessa de participação das comunidades no planejamento e no acompanhamento do projeto e das obras, incluindo a geração de emprego local.

No entanto, a pesquisa demonstrou que, nos três territórios, evidencia-se um claro descompasso entre o planejado e o executado, marca histórica das intervenções e programas públicos nas favelas. Esta historicidade do descompasso, traduzido na ideia de promessas não cumpridas, foi recorrentemente levantada pelos moradores.

Abordaremos tal descompasso de forma específica, em cada território. Aqui, destacamos sinteticamente os principais resultados da pesquisa, nas três favelas, em especial no que se refere às intervenções realizadas, uma vez que a dimensão da participação popular e do trabalho social será abordada em um tópico específico.

a. Habitação e infra estrutura urbana

Um dos aspectos que se destacou nas oficinas de discussão, e também nas várias visitas nas localidades, foram as obras inacabadas deixadas pelo PAC, que envolvem especialmente intervenções relativas ao alargamento de ruas e à pavimentação, bem como os impactos das intervenções sobre as moradias, provocando abalos estruturais. Os moradores relatam o fato de que não houve a conclusão da abertura e pavimentação de determinadas vias, previstas pelo Programa, sendo que muitas vezes a obra se efetuou na entrada da rua, junto a rua principal de acesso à favela, de forma a oferecer uma maquiagem. É o caso, por exemplo, da Rua Joaquim de Queiróz no Complexo do Alemão, onde não foi concluída a obra de alargamento bem como permanece uma vala, trazendo transtornos aos moradores.

Próximo a Areal, há uma vala negra que nunca tem fim, eles fizeram um alisamento da favela, uma maquiagem do alto do morro, e deixam a vala transcorrer normalmente, quando chega ali na Grotta ela não tem passagem por baixo. E no verão aquilo ali fica uma vergonha, você não tem por onde passar e o mal cheiro (Morador do Alemão).

Em Manguinhos, se destacam as obras, junto à estação do trem, envolvendo uma série de remoções, que permanecem inacabadas produzindo uma paisagem de destruição. Lançaram muitos moradores em um drama cotidiano, que envolve, até os dias de hoje, transtornos no que se refere à mobilidade e à interrupção nos serviços de infraestrutura urbana, como

coleta de lixo, fornecimento de energia elétrica, mas especialmente a incerteza quanto ao futuro, em particular o risco de remoção para os que lá permanecem. Soma-se a isso a permanente falta de informações sobre sua conclusão. Paisagem essa que se contrapõe a beleza da prometida “ramblas” de Manguinhos anunciada juntamente com a elevação da via férrea e amplamente divulgada pelo governo do estado, em belas animações audiovisuais. Além dos destroços das remoções os quiosques construídos e nunca ocupados, hoje quase que totalmente destruídos, completam a paisagem de abandono e descaso (RELATO FOTOGRÁFICO, 2012)

Na Rocinha, a obra do plano inclinado da Roupa Suja, iniciada em 2008, segue se arrastando entre abandonos e retomadas. Já a revitalização do acesso principal e do Caminho do Boiadeiro sequer foi iniciada.

Outra questão levantada refere-se às **moradias em risco**, em função do impacto das intervenções. As remoções, e mesmo as próprias obras e os equipamentos usados, trouxeram abalos às estruturas de muitas casas, como indicam os depoimentos abaixo, coletados em oficinas:

A defesa civil vem e condena para o morador ter ciência que ele está morando em local condenado. Eu tenho ciência que tem mais 100 e poucas casas condenadas, e sem solução (Manguinhos).

Para eles fazerem esta estação do teleférico aí, o descaso foi tão grande, que eu acho que eles deveriam primeiro ter estudado a área, feito uma área de contenção antes, e eles não fizeram isso. A cada chuva que dava, eles tinham que interromper o que estavam fazendo, e ir nas casas ao redor, para tirar a lama que descia das estações. Porque não se preparam para estas eventualidades. Inclusive tem um cidadão aqui que perdeu a casa, e conseqüentemente a esposa, por causa deste descaso. Quando choveu, a terra desceu, derrubou a casa dele, a esposa dele já estava adoentada, agravou a doença e no final da história, ela morreu (Alemão).

(...) quebraram, alisaram a vala, a vala ficou linda, perfeita, toda encanada, mas a casa começou a cair, ruir. Eu tenho filmagem aqui, mostrei a ela agora. O teto da cozinha já desabou, já está desabando, existem rachaduras enormes por toda a casa, pela parede, pelo lado de fora. E a minha casa não é única. Existem de outras famílias. Inclusive eu represento estas famílias. Eu tenho algumas assinaturas, alguns telefones, destas pessoas. E assim eu queria levantar esta questão. Já que a gente está discutindo isso. Porque não discutir os prejuízos causados pelas obras do PAC (Alemão).

Ainda sobre habitação, se destacam nos três territórios, os problemas relativos aos conjuntos construídos. Na Rocinha, o projeto das novas moradias sofreu profundas alterações. Por exemplo, em relação ao tamanho dos apartamentos: na proposta original contemplava os realocados conforme o número de integrantes da família em apartamentos de até quatro quartos. Porém isso não ocorreu devido à posição do governo estadual, às regras da prefeitura para a construção de prédios, assim como da Caixa Econômica Federal, que permitia a construção de apartamentos populares com apenas um ou dois quartos. Em relação às moradias na Nova Rua 4, a reforma não passou de uma pintura com cores chamativas.

A baixa qualidade das construções e a inadequação das unidades familiares - sem condições de abrigar todos os membros da família, como ocorria com as casas que foram construídas e

deixadas pelos moradores; configuradas sem considerar as necessidades dos moradores, tendo por exemplo cozinhas pequenas no estilo americano - foram aspectos destacados nas oficinas junto aos moradores. Assim, como a desilusão por eles sofrida, especialmente considerando as promessas acenadas no início do PAC. No caso de Manguinhos, por exemplo, no início do Programa, a exposição da casa modelo¹ apresentada mobilizou em todos o sentido da moradia como direito humano. Ela foi reconhecida por todos como uma habitação que repunha, em condições muito melhores daquelas precárias em que viviam, os espaços para uma família. Entretanto, a promessa da casa modelo foi suspensa sem maiores explicações, e em seu lugar, foram construídos e entregues 1612 unidades de apartamentos. Enquanto a casa modelo teria 45 metros quadrados, com um pequeno quintal, os apartamentos foram entregues com, cerca de, 31 metros quadrados.

Quando a gente entrou lá, eu tinha um pensamento completamente diferente do que eu tenho hoje. A gente começou a morar lá em começo de 2010. E a gente chegou lá tinha apartamentos sem janelas, algumas rachaduras, a varanda, sem local de escoamento para a água, então quando chovia, empoçava...muita gente perdeu coisa lá porque a água entrou. E entrava por cima também porque tinha rachadura, caía no telhado de cima e descia por todos os apartamentos. A mesma construtora que construiu estes apartamentos constrói em outros lugares, para gente rica, para gente que tem dinheiro. Será que os apartamentos que eles constroem lá são os mesmos que constroem aqui, da mesma qualidade? (Alemão).

Tiraram as pessoas daqui. Colocaram lá nas gaiolas, e se você perguntar para a grande maioria das pessoas hoje, a maioria quer voltar (Alemão).

b. Saneamento

No tópico anterior, já se destacou um dos principais problemas da precariedade das obras executadas no que se refere à mobilidade: a não conclusão da abertura de vias. Aqui, destacamos as questões referentes à falta de planejamento, baixa qualidade e também incompletude das obras referentes ao saneamento. Problemas neste sentido foram comuns nos três territórios. Em nossas visitas às localidades, e nas oficinas de discussão, identificamos duas ordens de problemas de saneamento, articulados às obras: aqueles que não foram alcançados pela intervenção; e aqueles que foram produzidos pelas obras.

Na Rocinha, as valas continuam convergindo para o valão, que recebe a maior parte do esgoto da favela - com a existência de coleta padrão para o esgoto somente nas proximidades da Estrada da Gávea, Bairro Barcellos e numa parte do Laboriaux. No Centro de Convivência, Comunicação e Cultura e no Complexo Esportivo, a existência de valas atrapalha a mobilidade de crianças e jovens e causa riscos à saúde. A principal mudança na concepção das obras do PAC parece ter sido a não incorporação da proposta mais radical do Plano Diretor da Rocinha: liberar e revitalizar os córregos, retirando as moradias insalubres construídas sobre os valões para definir uma nova malha de circulação. Na proposta original,

¹ Matéria no portal G1: Modelo de casa do PAC em Manguinhos já está pronta. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL455185-5606,00.html>. Acesso em 10/05/2008.

as escadas drenantes e os planos inclinados seguiriam o curso dos córregos nas localidades mais íngremes da comunidade - solucionando em boa parte os problemas de saúde e mobilidade.

Em Manguinhos, identificamos os transtornos causados pelas obras do PAC no sistema de saneamento, em particular do Parque João Goulart e CHP2, onde encontramos várias ruas e becos com o esgoto correndo a céu aberto, causando impacto inclusive na mobilidade dos moradores e na situação de saúde do território. Em alguns lugares, a passagem só é possível porque as pessoas colocam pedras e pedaços de madeira sobre o esgoto. O nível do esgoto no beco sobe quando alguém abre a torneira ou dá descarga. O esgoto entra por baixo das casas. Como foi destacado em uma das oficinas: *em CHP 2 ocorreu uma maquiagem ... um saneamento básico que está todo estourado, casas condenadas pela defesa civil (morador de Manguinhos)* (RELATO DE URGÊNCIAS, 2014).

Moradores relatam que compram água para beber, porque a visão cotidiana do esgoto à céu aberto em frente às suas casas tira a pouca confiança na qualidade da água da CEDAE, e que o custo do galão de água pesa no orçamento familiar. Os dados da pesquisa “Condições de Vida e Saúde e Uso de Serviços de Saúde” no território do TEIAS-Escola Manguinhos, realizada pela FIOCRUZ, entre 2012 e 2013, afirmam que muitos moradores compram água mineral.

Em Manguinhos, foram identificados também muitos casos de obras mal feitas, como por exemplo, na Rua Sami Jorge, os moradores afirmam que antes passavam dois carros mas depois da obra, apenas um carro passa. Um morador explica: *foi a empreiteira que fez a rua mais estreita, embora a engenheira da obra tenha projetado para dois carros. Dizem que o responsável da empreiteira quem decidiu fazer mais estreita.*

Ainda em Manguinhos, é importante apontar o fato de que o Programa não resolveu o problema da drenagem pluvial, priorizado pelos moradores, uma vez que tem implicações diretas sobre a região mais baixa – CHP2, Parque João Goulart e Vila Turismo. As águas pluviais entram pela rede de esgoto entupindo e fazendo transbordar, muitas vezes rebenta a tubulação. Sem drenagem eficiente os alagamentos e enchentes são bastante frequentes e intensos nesta parte de Manguinhos. O PAC não resolveu os principais problemas apontados tanto pelos moradores quanto no Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos (PDU), referência para projeto do PAC (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004). Depoimentos dos moradores atestam o problema do saneamento na região no pós PAC:

(...) CHP 2 ocorreu uma maquiagem ... um saneamento básico que está tudo estourado... não existe mapeamento de adutora... de nada... houve problema em Vila Turismo... as casas vieram abaixo ... remoções ... não mapeiam ... não sabem onde estão as coisas, os canos.

(...) a drenagem que fizeram, ele disse que não existe. O diâmetro da tubulação não dá conta. Em frente ao bar agora acumula água, virando uma grande bacia...

No Alemão, a situação não é diferente e foram vários os problemas ocasionados pelas obras do PAC, além do fato de que as obras realizadas não atenderam as demandas dos moradores, a precariedade das mesmas é um fato evidenciado pelos moradores.

Em becos e vielas: colocaram canaletas pequenas, e as pessoas jogam coisas na vala, e isso vem causando o entupimento destas canaletas. Não foi pensado em um sistema maior ou um bloqueio, colocar uma grade na ponta da canaleta. Esse é um grande ponto que tem causado alagamento na Grotá, há uma oficina ali que está sendo atingida direto pelo esgoto. Eles estão sofrendo o impacto direto de um serviço mal projeto; eles estão pagando por uma obra que foi mal projetada (Alemão).

Porque o meu quintal, eu fui enxotada da minha casa, o meu quintal virou uma vala, uma vala negra, um escoamento de águas pluviais, que podia ter um sol rachando que nunca secava. Resquício do PAC também, e resquício do abandono porque lá nunca tinha passado um saneamento básico, nunca tinha passado nada (Alemão).

Não precisa chover para o esgoto entrar dentro das casas. Se você for lá agora tem algum esgoto entupido com água retornando para dentro das casas. Que dizer, foi um serviço muito porco” (Alemão).

Tem gente que não tem água, tem gente que não tem esgoto. E o PAC passou. O governo não está fazendo manutenção de tudo que ele botou (Alemão).

As dificuldades na manutenção do sistema de água e esgoto nas favelas é um dado histórico. Assim como as dificuldades de acesso regular à água, em algumas regiões, especialmente do Alemão e da Rocinha. O PAC não resolveu e os problemas de acesso e manutenção continuam os mesmos. No entanto, intervenções para ampliar o acesso à água foram realizadas, por exemplo, na Matinha e Morro das Palmeiras, onde foram construídas caixas d'água. Ela está tendo o mesmo destino de outras construídas, em outras épocas no Complexo: não está em funcionamento.

(...) Construiu uma caixa d'água. Uma caixa d'água que tá lá. Ninguém usa. Uma caixa d'água enorme, que a água vai vir do teleférico lá das Palmeiras, vai descer o morro para subir para caixa d'água. E assim, no primeiro teste da caixa d'água, os canos estouraram nas casas dos moradores, não aguentou a pressão da água.

No acesso e manutenção dos sistemas de água e esgoto, assim como ocorre em algumas outras regiões atingidas por processos de vulnerabilização, o jogo de interesses econômicos e políticos parece terem força, em prejuízo dos moradores. Talvez seja este jogo que explique porque o Complexo do Alemão possui várias caixas d'água, algumas das quais desativadas, outras sem operar, e porque as demandas históricas de saneamento por parte dos moradores de favelas não são efetivamente atendidas, conforme os anos passam, os governos mudam.

O fato é que no âmbito deste jogo político e econômico, para muitos moradores, as associações já não os representam. Para outros, há a compreensão de que a não conclusão de obras, especialmente aquelas que envolvem grandes recursos, está associada ao poder das empreiteiras.

O saneamento foi feito de forma irregular, pois quem mora na parte mais alta não tem, e quem mora mais embaixo sofre com o que desce. Temos uma Associação de moradores que não nos representa.

Uma coisa que eu queria chamar atenção nesta questão de obras não concluídas, e eu não sei se o pessoal percebe muito bem, é esta questão do poder das empreiteiras. Estes contratos que as empreiteiras fazem com o governo. Muitas vezes, as coisas não são concluídas porque eles arrumam uma manobra para poder ter mais dinheiro dos cofres públicos, né? Então, e... é este lance das empreiteiras, porque eles armam. Eu vi isso presente em outra comunidade, lá na zona sul, que a OS armou para cima do governo, ganhou, não concluiu a obra, entrou outra, quando viu a bomba que pegou, pediu quebra de contrato, não quis continuar mais o trabalho (...)

É importante que se destaque que, de forma geral, os moradores tem a experiência histórica de uma sucessão de programas que não deram respostas às principais demandas em relação ao saneamento, e sabem que há algo errado na dinâmica que articula diferentes interesses, em particular dos governos e dos setores privados. Para alguns tantos, há a clareza de que as empreiteiras dominam o jogo político, com interesses econômicos, que anuncia mudanças sem que efetivamente a situação do saneamento nas favelas mude. Desta forma, os moradores, referenciados por sua experiência histórica, vão se aproximando da perspectiva trazida por Eduardo Marques (2000) em seu estudo sobre as intrincadas redes sociais e as relações com o Estado Brasileiro, considerando as políticas urbanas, em especial o saneamento no Rio de Janeiro, de 1975/1996.

Na rede de relações que liga o Estado às empresas privadas, a dinâmica se efetua de forma a beneficiar a rede, em prejuízo das comunidades, uma vez que os investimentos são descontinuados e as obras de baixa qualidade. Nas licitações, operadas com base nestas redes e suas relações com o Estado, predominam as práticas do *dumping* e do cartel. O caso do *dumping*, ou mergulho nos preços – descontos excessivos que a empresa não intenção tem de honrar e que tornam a obra inexecutável, ocorre sob a seguinte lógica: as empresas realizam as partes mais lucrativas dos sistemas – elevatórias, reservatórios e outras obras civis e redes de maior porte e em seguida pedem todos os aditamentos possíveis aos contratos. Quando não é mais possível aditar, ameaçam romper o contrato alegando desequilíbrio econômico-financeiro (MARQUES, 2000:162). Em parte, esta lógica explica porque a partir de 1994, a despeito dos vultosos investimentos, quase nenhuma favela teve seus sistemas concluídos. A este respeito, o autor analisa:

Considerando as dificuldades de fechar as intervenções, o planejamento foi paulatinamente reduzido. Não é muito difícil adivinhar que as intervenções deste programa também apresentam os problemas já citados com relação à efetividade dos investimentos. A durabilidade das obras neste caso tem sido às vezes inferior a quatro anos, não apenas pela péssima qualidade da maioria das obras físicas, mas pelo seu caráter incompleto (MARQUES, 2000:163).

Considerando os dados obtidos pela pesquisa, ainda que o PAC tenha se desenvolvido sob uma configuração diferenciada, incluído instâncias diversas dos poderes federal, estadual e

municipal, a lógica presente nas intervenções indicou resultados semelhantes ao exposto pela análise de Marques. Foram priorizadas as partes mais lucrativas do sistema, e as indicações demonstram que as obras têm reduzida durabilidade e péssima qualidade.

Por fim, lembramos que saneamento e mobilidade são duas dimensões imbrincadas no cotidiano dos moradores. Para quem vive nas favelas, as melhorias nas grandes vias do entorno da favela e nos transportes, perdem o impacto se não são acompanhadas de melhorias na mobilidade interna. E as melhorias na mobilidade interna se remetem de forma geral às condições do sistema de saneamento e pavimentação, e às particularidades do território, no que se refere à circulação dos moradores. Por isso, o saneamento, nos três territórios, é visto como um problema não resolvido, e causa de dramas cotidianos, de dificuldades de circulação, e um dos maiores determinantes de problemas de saúde. É muito evidente nos depoimentos dos moradores que qualquer melhoria no território perde o efeito diante da continuidade do esgoto a céu aberto, do acúmulo de lixo e da irregularidade no abastecimento de água.

Porque a gente vê, é notório para conhecimento de todo mundo, que a gente precisa de saneamento, de forma 100% mesmo, principalmente nas regiões mais altas, onde estão alocadas as pessoas mais pobres, que estão expostas ao lixo. Tem muitas famílias que vivem sem água encanada. Isso é absurdo, a gente não pode admitir isso aqui na comunidade (Rocinha).

Por isso, é que eu fiz aquela pergunta: para que serve o teleférico se ainda tem problema de vala negra aberta, se ainda tem problema de mobilidade? Existe uma senhora, esta semana passou no parceiro do RJ, esta senhora tem uma filha deficiente. Precisa subir as escadas com a criança nas costas. Para que serve o teleférico, para que serve estes milhões de reais que foram investidos aqui no Alemão se não houve melhoria nenhuma? (Alemão).

c. Mobilidade

A mobilidade foi uma dimensão particularmente analisada em nossa pesquisa, tendo aparecido nos depoimentos dos moradores, a partir de suas várias perspectivas. Uma delas, a mais comumente reconhecida, relaciona-se à locomoção pela cidade, e ao acesso aos serviços de transporte que concorram para que não haja desgaste no cotidiano dos moradores. Para os moradores de Manguinhos, por exemplo, a relativa proximidade do centro da cidade e de seus locais de trabalho, é um elemento que os atrai para permanecer na localidade, e resistir a qualquer remoção que os levem para mais longe.

No entanto, a dimensão da mobilidade que mais foi abordada pelos moradores, diz respeito a aspectos referentes à circulação interna, ou seja, a possibilidade de se deslocar de forma confortável, livre e mais rápida, e segura, dentro do território, e em seu entorno.

Neste caso, os serviços e equipamentos sociais criados, ou expandidos, que não alcançam as diferentes localidades, perdem sua dimensão positiva, uma vez que para os moradores é um transtorno alcança-los, especialmente para pessoas idosas, gestantes e crianças. É o caso do conjunto de equipamentos oferecidos na área nova de Manguinhos, no DSup.

Para mim não é uma biblioteca para eu usar, para eu trazer meu filho... eu tenho que pagar passagem, senão eu tenho que demorar quinze minutos, vinte minutos, para eu vir aqui e aí quando eu voltar, eu já estou com fome...Não me vejo aqui nesta estrutura... (Manguinhos).

No caso de Manguinhos, a grande obra de elevação da via férrea é vista como uma intervenção sobretudo para quem é de fora pois para os moradores, os efeitos ainda não foram sentidos. A este respeito, a fala do Fórum Social de Manguinhos é: *Temos inúmeras necessidades em Manguinhos, por isso vemos a elevação da linha férrea como elemento secundário para a nossa qualidade de vida, diante da demanda urgente de saneamento básico e moradia para todos* ². Ao longo da Leopoldo Bulhões, embaixo da linha férrea, as obras continuam, e não há informações quanto ao que vai acontecer, e o prazo de conclusão das obras. Enquanto isso, a paisagem no local é um cenário de guerra, onde a circulação dos moradores é difícil. Ainda assim, há moradores que destacam a valorização na Rua Leopoldo Bulhões, onde antes ninguém passava por medo, e a abertura da área de lazer na região. Por outro lado, o efeito desta melhoria foi o aumento do número de atropelamentos, pois segundo os moradores os motoristas de carros continuam a não respeitar os sinais, e os ônibus não param nos locais para eles designados. Diante disso, a região continua a ser cenário de uma sequência de atropelamentos, colocando em risco a vida de muitos, o que foi observado em nossas oficinas e indicado nas reuniões do Conselho Gestor do Teias Escola Manguinhos, em fins de 2014.

O acesso aos serviços e novos equipamentos fica definitivamente limitado se a mobilidade interna não tem melhorias em todo o território, de forma a integrá-lo, que é exatamente o que ocorreu nos três territórios. Tornou-se evidente na avaliação dos moradores que qualquer melhoria referente à mobilidade, que não favoreça o território como um todo e que não atinja todos os moradores, não contribui para a mobilidade. Daí a crítica dos moradores do Alemão à construção do teleférico, intervenção largamente debatida não apenas nas favelas do Alemão, mas também nas oficinas de discussão da Rocinha.

Por isso, é que eu fiz aquela pergunta: para que serve o teleférico se ainda tem problema de vala negra aberta, se ainda tem problema de mobilidade? Existe uma senhora, esta semana passou no parceiro do RJ, esta senhora tem uma filha deficiente. Precisa subir as escadas com a criança nas costas. Para que serve o teleférico, para que serve estes milhões de reais que foram investidos aqui no Alemão se não houve melhoria nenhuma? (Alemão)

Para as pessoas que moram mais abaixo, e no meio da comunidade para chegar às estações, ela tem que pegar um outro tipo de transporte, que é alternativo e é feito pelos moto taxi e kombis. Eles não pensaram nisso. Eles pensaram em uma maneira de recriminar e discriminar os motoxistas e as pessoas que trabalham com suas kombis. São eles que transportam as senhoras da comunidade, as gestantes (Alemão).

² Discurso no Fórum do Pacto pela Cidadania do IBASE, em 11/11/08. Disponível em http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/discurso_patricia_cef_11_nov_0.pdf

O pessoal lá de cima sofre um bocado com este negócio de transporte. Porque hoje não tem um transporte de massa suficiente aqui na Rocinha. É um transporte caro, o cara paga muito caro para poder transitar aqui dentro (Rocinha).

Nas localidades onde há estação do teleférico, o acesso a ele não é igual para todos. Quem mora nas partes mais baixas, precisa subir para chegar à estação, e na volta, descer para alcançar sua casa. Além disso, há localidades no Complexo do Alemão, aonde o teleférico não chegou. Neste caso, é preciso se deslocar de moto táxi ou a pé até a estação, caso queira usar o teleférico. Como lembra um morador dos Mineiros: *sempre que eu subo os Mineiros, é louco (...) aquela ladeira enorme, o acesso totalmente complicado. Ou da Matinha, que destaca: para eu usar o teleférico tenho que pagar moto táxi (...) para subir um morro e descer o outro.*

Se a gente parar para pensar, para quem foi feito o teleférico? Quem se beneficia? Não é a gente. É turista que vem pra cá para olhar para favela como se estivesse fazendo um safári, passando pelo zoológico, olhando ali, vamos conhecer as espécies (Alemão).

Para a maioria dos moradores, o impacto do teleférico é, sobretudo, turístico e não se constitui em uma alternativa efetiva de mobilidade. Muitos moradores da Rocinha, e seus coletivos, percebem o fato, vem debatendo e se mobilizando, de forma a impedir a entrada do teleférico na localidade.

O cara não pode transportar nada no teleférico, né? E você sabe como é o pobre? O pobre parece até um camelo. Anda com a bicicleta, com as compras. O pobre não é turista. Tem que transportar seus objetos, sua bolsa. E o pessoal sofrido lá de cima, tem um sofrimento tremendo. Não é um transporte viável para comunidade. A gente precisa de transporte de massa. Se tiver turista, o morador fica esperando. Isso não é viável (Rocinha).

Está tendo uma proposta limitada. Porque uma proposta de mobilidade, ela tem que ser uma proposta ampla. E a proposta que está tendo hoje em relação ao teleférico é altamente limitada. Tanto para deficientes físicos, quanto em relação ao horário. Como você vai ter uma proposta de mobilidade que vai ser de 7 h da manhã às 8 h da noite? Que mobilidade é esta? Nos pontos principais da favela, nos pontos onde passa o teleférico, beleza. Mas nos extremos da favela? Como fica? (Rocinha).

Em longo prazo seria insustentável. Eu andei pesquisando e alguns dados que eu vi, o custo para os cofres públicos é de R\$ 7,00 para cada viagem do teleférico. Isso é insustentável em longo prazo. Isso tornaria um elefante branco mesmo. Inutilizável. E a gente observando o Alemão, menos de 10% da população usa porque tem dificuldade de acesso. Não dá, não atende as pessoas. É muito complicado. E na Providência, tem um teleférico lá que não foi inaugurado sequer. Teve um acidente, não foi noticiado na mídia, mas cinco pessoas foram feridas. E a gente não quer que isso aconteça na nossa comunidade (Rocinha).

Este projeto vai ser devastador, em muitos sentidos. Para Rocinha e para o carioca. Para a Rocinha, teria que remover muitas pessoas. A pessoa constrói toda uma vida, de sentidos, de trabalho, de educação, de construção social, de valores que vai ser devastada. Por causa deste projeto do

teleférico, que também não abrange os extremos da Rocinha, como ele falou. O projeto visa até a Rua 1 (Rocinha).

Ainda no que se refere à circulação interna, sem a qual não efetivo direito de cidadania e acesso à cidade, nos depoimentos dos moradores se destaca os vários obstáculos que precisam atravessar para se deslocar na favela. Os entulhos deixados pelo PAC, as valas a céu aberto, a falta de pavimentação e calçamento são os elementos que mais dificultam ou mesmo impedem a circulação de moradores, tendo com efeito impacto maior sobre a população idosa, crianças e gestantes. Mas além destes, os moradores destacam os efeitos da violência, especialmente no ano de 2014, quando os três territórios mergulharam em uma situação de tensão, que fizeram os moradores questionarem o sentido da chamada pacificação. Para além das disputas entre traficantes e a polícia, os tiroteios regulares fazendo vítimas, o que pudemos perceber no trabalho de campo foi o drama vivido, especialmente por jovens, diante das práticas policiais.

Se o direito à cidade, o usufruto dos bens sociais, culturais e educacionais, passa pela mobilidade dos moradores, desde que eles colocam os pés fora de sua casa, este vem sendo definitivamente ameaçado, ou mesmo impedido, por um leque de situações. No caso dos jovens, os aspectos ligados à ação policial, que os torna “suspeitos” e objetos das perseguições policiais, contribuem definitivamente para que este direito seja negado.

A Rocinha é uma comunidade que tem sua malha de circulação formada principalmente por becos como resultados do crescimento desordenado. Discutir mobilidade é colocar em pauta mais do que os transportes coletivos, é pensar, sobretudo, em acessibilidade para as pessoas - inclusive crianças, idosos e deficientes - saírem e chegarem às suas residências com mais segurança, praticidade e rapidez, com uma prestação de serviços com qualidade, sejam públicos ou não. Para isso é preciso melhorar as vias de acesso ligando os vários pontos da comunidade. A abertura de novas ruas ou reordenamento de outras já existentes serviria tanto para distribuição correta da rede de esgoto, como também para melhorar a ventilação e luminosidade de localidades insalubres. O mesmo serve para a coleta de lixo, o fornecimento de energia elétrica, o trabalho dos carteiros e a entrega de encomendas nos becos.

d. Equipamentos Sociais

Temos que trabalhar a crítica, mas ver também que dispositivos que foram criados não só no sentido da manutenção, mas na ampliação desses aparelhos, foi o que nos disse um morador de Manguinhos e que resume um pouco o sentido das discussões e depoimentos em torno dos equipamentos que chegaram com o PAC.

Ainda que nas oficinas de discussões, os moradores tenham valorizado a entrada de novos equipamentos sociais, destacaram em seus depoimentos, tanto o não cumprimento da construção de alguns equipamentos, bem o inacabamento de obras, como ocorre na Rocinha em relação ao mercado popular, ainda não construído, e o Centro de Convivência, Comunicação e Cultura, que foi inaugurado mas ainda precisa ser concluído. Ainda na Rocinha, o Complexo Integrado de Atenção à Saúde (CIAS) foi um dos aparelhos públicos que

sofreu alterações em relação à proposta anterior, sendo que uma das críticas dos moradores é que o local escolhido dessas instalações de saúde foi justamente em cima de um antigo valão, inclusive despejando o esgoto no valão, uma contradição inapelável – o serviço de saúde concorrendo com os fatores provocadores de doença.

A má distribuição de equipamentos, atingindo apenas parte dos territórios, e também o não atendimento das demandas foi outro aspecto levantando. Em Manguinhos, a concentração de equipamentos no DSup é indicado como um ponto negativo para os moradores, sendo que muitos consideram que esta nova área criada pelo PAC não é considerada Manguinhos.

Então a biblioteca aqui hoje, porque falaram que aqui era Manguinhos, colocaram a biblioteca aqui, todas as obras do governo, todas as estruturas são aqui. Eu não venho aqui, eu sou moradora de Vila Turismo (Manguinhos).

No Alemão, por exemplo, destaca-se o não atendimento da demanda, especialmente nos Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs). Em relação à escola de ensino médio, houve referência não apenas ao fato de que ela não atinge em grande medida o complexo, mas também as más condições de infraestrutura em que já se encontra a escola, a despeito de ser relativamente recente.

Quer dizer, lá perto da minha casa, tem um EDI, outra escola que virou EDI, sendo que daquele lado do Alemão, são oito comunidades, tem mãe que continua pagando porque não consegue vaga (Alemão).

A gente tem a escola Tim Lopes, que foi feita, e já tem vários problemas de estrutura, parece que a quadra tem problema na cobertura... Se parar para se perguntar, de que adianta você ter um equipamento público sendo feito, se em pouco tempo está neste estado de precariedade, e a gente quanto tempo mais vai durar? Além de não servir para a comunidade como um todo, o que é feito, é feito nas coxas? Desculpe pela expressão. Tem outros exemplos, uma UPA que não tem gerador. Não sei hoje como está... Se uma pessoa passar mal, no dia que falta luz, coitada (Alemão).

A má distribuição dos equipamentos sociais em extensos territórios, como os tratados aqui, tem um claro desdobramento sobre a mobilidade dos moradores pois o deslocamento para uma unidade de saúde, a escola, creche, ou mesmo um equipamento cultural, implica em uma sobrecarga para quem experimenta um cotidiano desgastante, onde a jornada de trabalho e o trabalho doméstico se sobrepõe. Isso é particularmente significativo para as mulheres, em sua maior parte, responsáveis pelo deslocamento das crianças e idosos até os serviços do lugar.

Outra questão levantada nas oficinas e conversas com moradores diz respeito também ao acesso aos equipamentos, e seus programas, especialmente por aqueles que efetivamente necessitam. Moradores que acompanham os problemas e demandas das várias localidades da favela, como os agentes comunitários de saúde, destacam que muitas vezes quem realmente necessita ter acesso a um serviço ou a um programa não o tem. É o caso especialmente de jovens, ou famílias, que se encontram fora das principais redes de

sociabilidade da favela, e que permanecem invisíveis aos programas públicos, concentrando, portanto os maiores riscos, no que se refere à vida nas ruas, à dependência química, às doenças. Desta forma, os programas públicos tendem a se articular com os serviços de saúde e educação, ou parceiros locais no território – organizações comunitárias e igrejas. Mas, qual a perspectiva de quem se encontra fora do destas redes?

4. A participação comunitária e a engrenagem que não funcionou

O PAC destaca em sua proposta uma instância específica de trabalho social, e afirma inovar ao prever a necessidade de organização popular:

Essa metodologia, premiada e reconhecida no Brasil e no exterior, tem como diferencial a garantia do diálogo permanente com a sociedade, do entendimento e da participação comunitária, visando o desenvolvimento de novas formas de convivência e encaminhamento de soluções coletivas, resultando em mudanças concretas na condução dos processos e no resultado das ações e obras.

O processo envolve as comunidades a partir da própria concepção dos projetos de obra, tornando-as corresponsáveis e co-gestoras dos espaços trabalhados. Além disso, realiza programas de educação sanitária e ambiental e de formação e capacitação dos moradores dos territórios, com oportunidades de emprego e geração de renda, inclusive nas frentes de obra. O resultado é transformar as intervenções físicas em desenvolvimento sustentável, congregando as obras que geram Transformação do Território com crescimento econômico, com a participação comunitária³.

De início, cabe considerar que no que se refere a intervenções públicas nas favelas, o reconhecimento da necessidade da participação, do diálogo com os moradores, não é algo novo. Um Relatório da Fundação Leão XIII de 1954, já afirmava:

(...) a participação do povo é sempre possível de ser obtida através de organizações locais (...) Nesse plano de melhoramentos não pode deixar de ser incentivado o movimento associativo da energia elétrica que bons resultados já vem proporcionando às famílias e demonstrando que o povo quando bem orientado tem capacidade de resolver seus problemas (citado em Educação e Favela, por Victor Valla, 1986).

Com efeito, a prática trazida pela Fundação Leão XIII, atuando na vanguarda da intervenção junto às favelas, acaba por referenciar as políticas sociais voltadas para as favelas, e se enraizar na história destas localidades. Posteriormente, foi reelaborada por diferentes instituições como a *Cruzada São Sebastião* (1955) e o *SERFHA* (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas - 1956), e inaugurou uma forma de mediação política que burocratiza as relações entre as favelas e o Estado e delimita o terreno de participação dos moradores destas localidades. A principal dimensão desta fórmula política, inaugurada pela Fundação e atualizada por outras instituições, é que ela reforça a liderança local como o canal privilegiado de acesso ao poder público, esvaziando

³ Disponível no portal da EMOP em: <http://www.emop.rj.gov.br/trabalho-tecnico-social/>, acesso em 08/09/2014.

assim as demais experiências coletivas (CUNHA, 2005).

Atualmente, a participação e a mobilização dos moradores de favelas, das quais depende a viabilidade dos programas, assumem contornos mais complexos, envolvendo uma diversidade de agentes sociais, e recursos humanos e financeiros vultosos, nos fazendo recordar a avaliação de uma agente comunitária sobre as políticas sociais: “é uma indústria da pobreza” (CUNHA: 2010:815).

Sendo assim, o PAC não é o primeiro programa a propor o “diálogo com a comunidade” no planejamento das ações, embora traga mais claramente diretrizes e normativas a este respeito, prevendo instâncias de diálogo e monitoramento por parte da população. Tais instâncias foram implementadas inicialmente, porém as expectativas dos atores locais, em influir sobre os rumos no programa e participar mais diretamente do controle sobre os recursos e sobre os resultados das intervenções, foram frustradas.

É importante que se ressalte que nos três territórios, quando o PAC foi anunciado, coletivos locais organizados se mobilizaram de forma a promover o debate e discutir as prioridades do território. A dinâmica do processo se deu de acordo com o histórico das lutas e a configuração de forças locais. Na Rocinha, já havia um Plano Diretor amplamente discutido e concluído, sendo que Sergio Cabral, que concorria às eleições para governador em 2006, havia então assumido implementar o Plano, caso fosse eleito. Assim, quando o PAC foi lançado, pensava-se que a parceria entre os governos, através do financiamento do PAC, asseguraria a implementação do PDR, assumido publicamente por Cabral, que contratou o escritório de Toledo para organizar as propostas previstas sob a coordenação da EMOP.

Em Manguinhos, a discussão foi liderada pelo Fórum Social de Manguinhos, que se fortaleceu em função do PAC agregando seis associações de moradores e entidades e ONGs locais bem como pesquisadores da FIOCRUZ, e chegou a atuar de forma itinerante a fim de circular as informações, ouvir e dar voz aos moradores das diversas localidades do território. No Alemão, o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM), que já encabeçava as lutas na região, liderou o processo, e tal como ocorreu em Manguinhos, buscando ampliar o leque de escuta na localidade.

Desde o início, um dos aspectos que ficou claro para estes fóruns de acompanhamento, através dos quais se dava a prevista participação comunitária, foi o desencontro de informações, gerando muitas incertezas nos moradores, tanto no que diz respeito às obras, de forma geral, mas especialmente em relação às remoções, indenizações e os novos apartamentos. De acordo com a metodologia “inovadora” trazida pelo PAC, cabia ao trabalho social operar este canal de informação e garantir o diálogo e a participação comunitária. Mas, considerando os documentos consultados e os depoimentos dos moradores, o processo não se efetuou desta forma. Uma moradora de Manguinhos recorda: *“E a confusão que fizeram com a cabeça do morador? Porque fizeram uma divisão tremenda. Há uma divisão de pessoas, de grupos, de lideranças, uma coisa muito individual”*.

As várias instâncias de poder presentes no PAC – federal, estadual e municipal, articulada a outro leque de agentes sociais, como a Caixa Econômica Federal, o BNDES, os consórcios privados, concorriam para tornar o PAC uma estrutura complexa, cuja dinâmica era ainda

mais confusa, especialmente se considerarmos que junto a estes atores ainda havia os interesses locais, em particular das associações de moradores e as pressões do narcotráfico. Em Manguinhos, todo o movimento popular em torno do PAC perdeu força com a derrubada do Comitê de Acompanhamento do PAC. Por uma orientação vinda de cima foi decidido que o Comitê não seria necessário, e que o acompanhamento das obras seria feito pelos presidentes das Associações de Moradores. Desta forma, no encaminhamento do processo de remoção, das indenizações e da entrega das chaves dos novos apartamentos, o que entrou em campo foi muito mais as relações de poder dentro das localidades do que o trabalho social previsto pela proposta do PAC.

No Alemão, as duas dimensões previstas do Trabalho Social – a gestão de impactos e o desenvolvimento sustentável – também não ultrapassaram a fase inicial. A gestão de impactos, responsável pelas ações de comunicação que acompanhavam o desenvolvimento das obras minimizando os impactos para os moradores e comerciantes, foi abandonada em 2009, com a justificativa, de acordo com os moradores que acompanhavam as ações do PAC, “por estar atrasando o andamento das obras”. O Plano de Desenvolvimento Sustentável construído com a participação de coletivos locais e moradores definiu o saneamento básico universal como prioridade, mas não foi atendido no desenvolvimento do PAC. Assim ocorreu em Manguinhos, uma vez que o PDS foi realizado e concluído quando muitas das obras já haviam sido concluídas.

De forma geral, nos três territórios, as formas de diálogo e as escolhas com quem dialogar, promovidos pelas instituições dos governos estaduais e municipais, provocaram rupturas nas movimentações e organizações locais. Por um lado, viu-se um movimento social fragmentado e por outro, um reagrupamento tendo por base os interesses de grupos de líderes, fechados e isolados, orientados por poderes paralelos que viram nas transações imobiliárias um mercado mais rentável e menos perigoso. A histórica fórmula política, acima referida, que reforça a liderança local como o canal privilegiado de acesso ao poder público, concorreu para esvaziar o movimento social e incentivar sua fragmentação, sufocando a atuação de lideranças comprometidas com os interesses coletivos, afastando muitas delas de uma luta em que muito teriam para contribuir. Ao mesmo tempo, reforçou poderes locais, particularmente articulados ao narcotráfico, o que acabou por contribuir para desviar o sentido da dimensão social do Trabalho Social dentro da proposta do PAC, e provocou uma sucessão de irregularidades, particularmente nos processos de indenização e aquisição dos novos apartamentos.

Com efeito, a bandeira da participação popular e o caráter fundamental do Trabalho Social dentro do PAC, atuaram de forma a legitimar o programa. É este o sentido da análise de moradores do Alemão e da Rocinha:

Sobre a questão da época do Canteiro Social, participamos muito, e tinha o fórum dos presidentes e os fóruns dos moradores. Nestes fóruns discutia-se o Alemão que nós queríamos, moradores de vários locais do Complexo do Alemão. E no final, isso serviu para validar o que eles queriam e não o que a comunidade colocou, não o que nós moradores colocamos como queríamos para o Complexo do Alemão. Eles usaram estes fóruns para validar o que eles queriam fazer. Infelizmente, eles usaram os moradores para fazer o que eles queriam. Publicaram um trabalho final sobre esta questão, nada

do que foi discutido foi posto naquele livro que eles publicaram, naquelas fotos. Então, tem que ter também cuidado com isso. A participação popular, ela tem que cobrar a efetividade do que está sendo posto. A gente foi lá discutiu, colocou e no final nada foi feito. Foi validado o que eles queriam. Eles recolheram assinaturas, eles precisam disso, para ganhar dinheiro.

A Rocinha sempre foi muito politizada em relação a cobrança, de querer participar de tudo, de querer ser consultada, de querer falar de tudo o que precisa. Ai, nesse canteiro social, as pessoas foram ouvidas, sendo que depois as decisões dos moradores não foram respeitadas. Tudo o que a Rocinha pensou e mostrou para o poder público, que ela precisava, foi desrespeitado e engavetado. Agora vêm para Rocinha apresentar o PAC 2, sem sequer concluir o PAC 1.

No entanto, houve o desrespeito, a pesquisa documental e as oficinas de discussão evidenciaram que as deliberações e propostas dos fóruns de participação popular não foram atendidas. A demanda pelo saneamento básico universal, presente em todos os fóruns, não foi implementada, e os recursos que poderiam ser utilizados para isso, foram investidos em intervenções que estavam longe de serem demandas prioritárias dos territórios, como o teleférico no Alemão e a elevação da via férrea em Manguinhos. Em 2009, o Fórum Social de Manguinhos entrega um Dossiê ao Presidente Lula, denunciando o não cumprimento de várias das promessas.⁴

No caso da Rocinha, mesmo faltando concluir o PAC 1, com algumas obras inacabadas e outras que ainda nem foram iniciadas, o PAC 2 foi anunciado pelo Governo Federal e Estadual, tendo como principal proposta a construção de um teleférico, que representou o descumprimento do compromisso assumido por Sergio Cabral de que o Plano Diretor nortearia as intervenções feitas na comunidade. Isso está gerando um grande descontentamento dos movimentos sociais da Rocinha, que reivindicam um sistema de saneamento básico que contemple todos os moradores, inclusive os dos extremos da Favela.

A prioridade do Governo está na macro drenagem usando as valas como condutores de esgoto. Isso se opõe as prioridades dos moradores que esperam um projeto de saneamento ponto a ponto casa por casa. (Rocinha)

Eu lembro que na discussão da época do Canteiro Social, no Adeus ia ter uma quadra de tênis. Qual a realidade do tênis para o Alemão? Não estou dizendo que não tenha que ter mas qual a realidade? (Alemão)

Ali, na João Goulart, Beira Rio, que várias famílias foram desfeitas, vários sonhos foram desfeitos. Pelo que me consta, vão fazer duas quadras e UPP. Não perguntaram para mim, não perguntaram ao pessoal que mora lá. Um monte de casa foi derrubada à beira ali da Leopoldo Bulhões. (...) Mas entre uma quadra de futebol, que só vai atender a necessidade dos garotos, não que não precisa, porque precisa também, mas não é prioridade. Teria que saber: gente, vocês aí, qual a prioridade, o que vocês gostariam? A gente não é consultada. Jogam na nossa cara, e aí se virem. E o tempo de vida é curto porque aquilo ali, as obras que estão vindo. (Manguinhos)

⁴Dossiê Manifesto do Fórum Social de Manguinhos. Disponível em:
http://www.conhecendomanguinhos.fiocruz.br/files/dossie_manifesto_11meses_pacmang_vfinal_0.pdf

É importante destacar em relação ao trabalho social que há uma unanimidade nos três territórios, e entre todos os moradores, no que se refere à avaliação da gestão de impacto. Esta última deveria ser responsável por atuar junto aos moradores dando-lhes informações, esclarecendo a dinâmica do processo e as ações. No entanto, o processo não se desenvolveu como o previsto, tendo efeitos graves sobre a perspectiva dos moradores em relação às ações do PAC, deixando-os perdidos em relação à responsabilidade de cada instância, e envolvendo as localidades em uma experiência de angústia, especialmente no caso das remoções. Como afirma uma moradora de Manguinhos, “*as obras chegaram primeiro do que a questão efetiva do social*”. Relevante é o fato de que o processo envolveu várias irregularidades no cadastro para inscrições em novos apartamentos.

No início, eu participei de algumas reuniões e eu questionei qual seria o trabalho social do PAC. E aí me foi dito que iriam trabalhar com os moradores. Mentira, o trabalho social do PAC só trabalha com cadastro, e fichas. Mas esta parte psicológica de trabalhar com o morador, porque ele está saindo, qual a visão que ele está tendo em relação ao processo que está acontecendo... (Manguinhos)

Não entram com o social para explicar essas coisas para o morador. E o morador fica sem entender, entendeu! Então há esse questionamento muito grande. O impacto é que se tornou uma confusão grande na cabeça do morador...(Manguinhos)

Foi um problema de cadastro que foi feito, vamos tocar neste assunto que é importantíssimo, que fica uma coisa nas entrelinhas, teve isso, tanto que foi parar no Ministério Público (Manguinhos)

Ela era como prioridade, por ser uma senhora idosa, a casa já caindo e por interesse pessoal, alguém tomou a vaga dela de um dos apartamentos. Porque no CRAS aqui em cima ela estava como prioridade, eu acompanhei aquilo. Um belo dia eu fui lá, ela não estava como prioridade, e nem constava mais na fila para morar nestes apartamentos. (Alemão)

Com efeito, ao avaliar o PAC, a maioria dos moradores não tem, e nem pode, ter clareza das efetivas responsabilidades no que se refere ao que não foi feito, ao que foi mal feito, ou que não funcionou. As diferentes instâncias envolvidas na execução do programa e o desmantelamento das ações do trabalho social concorreram para relegar o PAC a mais um “programa eleitoreiro” e de maquiagem, que beneficia alguns poucos interesses governamentais e particulares, e enriquece determinados poderes locais. Daí, a necessidade colocada por muitos moradores nas oficinas de ter acesso às informações e dados que possam subsidiar suas ações no futuro. A este respeito, um morador do Alemão analisa:

Nós estamos lutando contra o sistema que não conhecemos. Somos privados das informações do que é esse sistema, como que ele funciona, como que se dá, como que se apresenta, como que nos mina o tempo todo. Então é importante, principalmente, nós que estamos nessas mesas de discussões entendermos primeiro esse sistema, ir atrás do TCU, Receita Federal, Tribunal de Contas do Estado, pra gente saber quanto se gasta para manter o teleférico.

De forma geral, no que se refere ao diálogo com os coletivos locais e moradores, na primeira etapa de planejamento e início das ações do PAC, a participação popular, ainda que precária,

se estabeleceu. E na medida em que as ações avançaram, esta foi sendo “reduzida”, substituída por ações apenas burocráticas do Trabalho Social, e pela própria UPP, como mecanismos de gestão de conflitos e controle da população. Ou seja, de uma diretriz baseada na participação popular e no trabalho social passou-se, no nível local, a uma dinâmica fundamentada em mecanismos burocráticos e coercitivos, que denunciam a perspectiva de manter a favela em seu lugar histórico, isto é, de não cidadania. Tal dinâmica foi sustentada por agentes sociais com interesses diversos, e bem diferenciados das demandas populares. Em relação ao poder de um destes agentes, definindo prioridades, um morador em uma das oficinas de discussão destacou a necessidade de acompanhar de perto as empreiteiras, porque “eles armam muito”. E avaliou: *nas obras do PAC, é obrigado a ter o trabalho social, o trabalho social não deveria ser vinculado às empreiteiras, ele tem que ser vinculado diretamente ao Ministério das Cidades.*

Com efeito, as prioridades foram definidas e decisões tomadas num campo de interesses, onde os moradores e coletivos locais não tiveram o papel de protagonistas, que lhes foi prometido. O jogo aí desenvolvido envolveu uma dinâmica que concorreu para diminuir a força dos fóruns populares, dividir os moradores e o movimento comunitário, e desarticulá-lo⁵. Como lembra uma moradora em Manguinhos: *essa fala do PAC veio para dividir... eles tem a intenção de separar o povo, e aí deixa ser aquele território que muito lutou por melhorias e acabam dispersando um pouco, um para um lado, outro para o outro.*

Em resumo, o PAC avançou, e se desenvolveu, desmontando o sentido proposto do trabalho social e os mecanismos de participação popular já existentes nos territórios. Por outro lado, enquanto o PAC avançava, surgiram mobilizações e novos movimentos locais denunciando seus limites e lógicas de intervenção, ainda pautados por mecanismos clientelistas e interesses eleitorais que podem reduzir os efeitos esperados, agravar os problemas do território e reproduzir injustiças e reforçar os processos de vulnerabilização dos territórios. Tais mobilizações e movimentos operam em resposta ao PAC e ao Programa de Pacificação que se desenvolve nos três territórios.

O trabalho destes movimentos, formado por diversos e diferentes coletivos, vem se fazendo de forma a tornar visível aquilo que é experimentado como drama pessoal. A heterogeneidade, a diversidade de canais de atuação, não se reduzindo às organizações instituídas, bem como a capacidade de dialogar com a experiência do morador em seu cotidiano, tornando-a visível, e publicizando-a é uma das marcas nos atuais movimentos nas favelas, e que precisa ser considerada na formulação e implementação das políticas públicas.

5 . O PAC e a agenda aberta

A análise dos impactos das intervenções do PAC no sentido do morar nos territórios em estudo, mais do que nos levar a conclusões, abre uma agenda de pesquisa ação que amplia a

⁵ Usamos aqui o conceito de jogo no sentido que lhe dá Norbert Elias (2008), de configuração: envolve a interdependência complexa, e as relações entre os diferentes agentes sociais que vivem, e atuam nas favelas, e os padrões relacionais aí criados. Mais particularmente, a configuração que envolve a relação entre moradores, grupos locais, lideranças, com o Estado e diversas instituições da sociedade.

perspectiva deste projeto de trazer a **experiência** como chave para a produção de conhecimento e para a proposição de formas de colaborar para interromper os processos de vulnerabilização em curso, expressos pelas categorias de provisoriedade, desenraizamento e invisibilidade.

Se fosse possível uma síntese desta experiência o que se poderia dizer com bastante segurança é que o PAC, apesar de toda sua formulação mais avançada com relação às políticas públicas anteriores, buscando a intersectorialidade e a participação, não logrou superar os antigos vícios na sua implementação nos níveis locais. Para nós, que trabalhamos com a perspectiva da promoção emancipatória da saúde e da justiça ambiental, mais importante do que concluirmos, é identificarmos **uma agenda aberta pelas análise do PAC**, capaz de ampliar nossa compreensão dos processos geradores das vulnerabilidades socioambientais e situações de saúde em determinados territórios, como daqueles que possam reverter tais vulnerabilidades. O projeto nos propiciou acesso a um rico material para refletirmos acerca dos efeitos do lugar sobre a determinação social da saúde (DSS) e os modos de viver e adoecer dos moradores de favela.

Nesta agenda, para avançarmos na compreensão dos processos sociais de produção da saúde e da doença e de suas determinações, precisamos falar tanto dos determinantes sociais tangíveis (indicadores econômicos, sociais, ambientais e epidemiológicos), quanto dos intangíveis, porém com forte expressão nas experiências cotidianas das pessoas e em suas narrativas quando avaliam os impactos das políticas públicas em suas vidas. Elas são a matéria prima para temas sensíveis como sofrimentos, tristezas, angústias, autoestima, impotências, desencantos, esperanças-desesperanças, entre outros, tão bem expressos nas falas e depoimentos dos moradores. Indicadores intangíveis estão fortemente associados aos efeitos de lugar sobre os modos de viver e de adoecer, entendendo a favela como um “espaço social reificado”, tomando o conceito de Bourdieu. Esse espaço, que é simultaneamente social e geográfico-físico, tende a ser visto historicamente de forma negativa como lugar de habitações aglomeradas, em geral ilegais, lugares de ausência, carência e precariedade. As falas de moradores trazem à tona esses aspectos “intangíveis”, os quais até o momento não vêm sendo colocados nas discussões da DSS das populações que vivem nesses espaços das cidades. Tais falas revelam, dentre outras, histórias e lembranças de vivências de sofrimentos, violências, da vida sem saneamento, da ausência cotidiana dos direitos de cidadania. Revelam também a recorrência de ciclos promessa-desconfiança-esperança que surgem a cada anúncio de políticas públicas e intervenções no lugar onde moram, que frequentemente desembocam em desespero, desencanto e impotência diante do ver, do saber e da falta de poder para transformar.

O poder simbólico, nos parece, também emerge como esse renovado sentimento de impotência frente à repetição e à forja de *habitus* de necessidade como virtude diante das incertezas de um planejamento centralizado que ignora as necessidades das pessoas em termos de vida, saúde, renda, mobilidade e cultura, ou então as incorpora em momentos eleitorais para depois desprezar. A favela é forjada num subespaço social que convive com violências, mudanças forçadas, perdas de vizinhanças e laços, da escola dos filhos e de redes sociais. Dialeticamente, são essas mesmas carências que possibilitam a emergência de

experiências de solidariedade, organização, lutas e resistências, as quais convivem com relações sociais e poderes simbólicos que forjam seu silenciamento ou esquecimento. Por exemplo, pelo esvaziamento dos coletivos autônomos e mobilizações através da constituição de organizações atreladas por lógicas clientelistas de governantes e gestores, somadas à sistemática sonegação de informações e à negação ao direito constitucional do “controle social”. Ou seja, uma “normalização” do não sujeito também presente nas falas dos sujeitos reais.

Compartilhar nas CAPs a experiência cotidiana da vida em Manguinhos, no Alemão e na Rocinha, antes e durante as intervenções do PAC, nos propiciou testemunhar o quão dramático continua ser morar em favelas no Rio de Janeiro, apesar das mudanças que ocorreram nos últimos anos. Estamos falando aqui da dor das mortes de pessoas pelas forças policiais do Estado, que deveriam garantir os direitos de cidadania, ao contrário, portam tanto ou mais o preconceito e as discriminações da sociedade em geral contra os moradores, e pior levam a dor, o desespero e a desesperança para famílias quando matam seus filhos, não somente com tiros a queima-roupa ou balas perdidas mas com a humilhação, desqualificação e isolamento. Embora a violência não seja nosso objeto de pesquisa, a violência simbólica, física e a morte atravessam todas as dimensões do cotidiano nas favelas, uma questão central para os moradores, que confirmam que o PAC, associado às UPPs, expressa um modelo de política pública de *expansão da cidadania por meio de forte componente coercitivo, expressão da principal relação entre Estado e população favelada* (FLEURY, 2012:196).

Esta é uma questão sempre em aberto, considerando a experiência dos moradores: o quanto o PAC é uma política pública integrada às demais políticas urbanas, sociais e culturais que visam “humanizar as cidades”, ou é uma parte da política de segurança pública apenas, forjada na esteira da “cidade partida”, e que corrobora com a:

(...) tentativa de organizar o cotidiano dos moradores e de buscar uma nova forma de sociabilidade, influenciada diretamente pelas forças da ordem (...) ou seja, o controle da ordem pública passa a um controle da moralidade. Nesse sentido, a “paz” seria garantida com base nessas iniciativas: controle das festividades, organização do trânsito, inscrições nos espaços públicos visíveis a todos [CARVALHO, 2013: 304].

Em Manguinhos, esta agenda aberta a novas iniciativas de pesquisa ação se concretiza na importância de acompanhar casos específicos de moradores e famílias atingidas e assim aprofundar o complexo fenômeno das remoções e seus impactos sobre a vida das pessoas, em especial nos processos de produção social da saúde e da doença. São situações como: 1) remoção para um local muito distante associada ao assédio moral dos gestores para aceitar morar longe ou “perder o lugar na fila”, assim como aos valores e motivações que fizeram com que mesmo tendo consciência de seus direitos aceitasse essa imposição; 2) o valor de aluguel social irrisório, associado ao elevado custo de moradia, provocado pela especulação imobiliária produzida pelo PAC, cria uma situação ainda mais precária do que a experimentada anteriormente, já que leva a família a morar um ano em uma casa apertada e longe da escola dos filhos; 3) Adoecimentos e mortes provocadas pela dinâmica do trabalho social na abordagem dos moradores, os quais teriam suas casas removidas; 4) a experiência

de viver entre escombros deixados pelo PAC e/ou em moradias sob risco, e na linha de tiro; 5) experiências de famílias que contavam com uma estrutura de moradia, vizinhança e apoio, e que foram separadas em função das remoções, sendo que em alguns casos a situação assume contornos dramáticos, como uma família, portadora de uma doença hereditária que provoca cegueira, dependendo portanto de uma inter-relação e um suporte familiar que foi rompido com a remoção.

No Alemão a agenda aberta de pesquisa ação remete-se principalmente às relações entre os impactos do PAC e da UPP sobre o território e sua configuração sócio espacial, que apareceram durante toda a pesquisa de campo, nas avaliações dos moradores, em seus silêncios, mas também em depoimentos mais diretos. A agenda aberta nos indica também a resiliência neste território e a potencialidade das mobilizações comunitárias. Quase toda a semana havia atividades e eventos mobilizando os principais agentes sociais que lutam por melhorias na localidade, inclusive quando o Complexo foi cenário de vários conflitos e intensos tiroteios entre o narcotráfico e as forças policiais da UPP, muitos dos quais vitimaram moradores, provocando mobilizações pela paz. Desta forma, temos duas situações que se colocam como um desafio à compreensão:

Uma vez que estiveram integrados no processo de mudança que atingiu o território nos últimos anos, os impactos do PAC e da UPP se misturavam em muitos depoimentos, sendo que muitos deles destacavam as mudanças no território que destruíram antigas referências, em especial formas de sociabilidade e de mobilidade. Na última oficina no território, sob o clima de tensão e angústia trazida pelo retomada de conflitos armados, apreensões e mortes de moradores, os depoimentos destacavam sobretudo as mudanças negativas no Complexo nos últimos anos, onde o PAC trouxe poucas melhorias e abalou as formas e práticas sócio culturais construídas pelos moradores, e a UPP terminou por destruí-las, tornando o cotidiano bastante opressivo. Em que medida estes processos estão articulados no Complexo do Alemão?

Outra questão nos aponta a necessidade de compreender a particularidade da mobilização comunitária no Complexo do Alemão, e sua relação com a forma como as políticas públicas são ali operadas. Em que medida a resiliência do território e sua intensa movimentação sócio cultural, força o diálogo e propulsiona o desenvolvimento de políticas públicas? E até que ponto esta resiliência também expõe o conflito de interesses diferenciados, inclusive dentro do próprio território, e contribui para que as intervenções governamentais assumam contornos muitas vezes violentos, de forma que o controle da população se configure de forma opressiva?

Na Rocinha o que consideramos aberto a novas investigações e análises está relacionado ao por que da não implementação do Plano Diretor, que foi construído por demanda do governo e trazia em suas proposições a marca da participação social e do respeito ao conhecimento e à experiência histórica dos moradores na solução dos problemas de moradia, saneamento e mobilidade. Por que este Plano tão participativo e ousado, assumido inicialmente pelo governo estadual, não foi implementado em seus pontos cruciais? Somado a isso diversas promessas do PAC 1 não ocorreram, como o fechamento do valão e a solução dos lixões a céu aberto, assim como a construção de moradias sobre os talwegues que

corroboram para a continuidade do alto índice de tuberculose na região. Ao invés de resolver esses problemas estruturais para a qualidade de vida dos moradores, o PAC 2 anunciou a construção de um Teleférico para a Rocinha, mesmo considerando as críticas e problemas já percebidos no caso do Alemão.

A resposta a estas questões nos leva a seguir na reflexão sobre a permanente lógica de intervenção dos governos nas favelas, que privilegia os interesses ligados ao clientelismo e a manutenção do poder através das associações de moradores, em detrimento da resposta às necessidades sociais e ampliação da participação social. Esse é um esforço que se faz necessário na busca de garantir visibilidade aos coletivos locais na sua luta por mudanças mais significativas na suas condições de vida.

Uma pista interessante para a força e o futuro potencial dos movimentos comunitários na Rocinha, no Alemão e em Manguinhos, reside no campo da Cultura. Vários exemplos revelam um espaço mais autônomo para a construção de pautas de reivindicação, como o movimento “não ao teleférico, sim ao saneamento” que podem ser pontos de uma agenda que aprofunde a relação entre cultura e capacidade de mobilização comunitária como elemento estratégico para o futuro das favelas.

É neste ponto que se expressa um dos principais resultados de nosso projeto pois, ao colocar a experiência dos três territórios em diálogo, fortalecemos a capacidade de luta dos moradores e seus coletivos. A CAP na Rocinha, a assim como em Manguinhos e no Alemão, com seus processos e produtos, constituíram-se em espaços de resistência à desmobilização e fragmentação dos movimentos sociais provocadas pelo PAC nestes territórios e na cidade.

Assim, em contraposição aos processos de desenraizamento, provisoriedade e invisibilidade, a que estão sujeitos historicamente os moradores gostaríamos de apontar três outros movimentos existentes e que acenam com possibilidades de se contrapor aos efeitos desiguais e perversos do modelo de desenvolvimento econômico e social do país, e das políticas públicas que vem o apoiando, contribuindo para desenraizar moradores, manter a favela em situação de provisoriedade, e seus dramas e lutas invisíveis. Destacamos aqui:

O Enraizamento: a filósofa Simone Weil afirma que “o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro”; contrapondo-se ao desenraizamento que experimentam, de diversas formas, os moradores de favelas buscam esta participação ativa na coletividade; ao buscarem isso, constroem juntos o espaço da favela, abrindo caminhos, erguendo casas, sistemas de água e esgoto; vivenciam a experiência comum de sobreviver em uma cidade que tenta excluí-los; compartilham modos de vida e estratégias de sobrevivência, que tornam possível a vida na cidade, como o cuidado dos filhos, os serviços de infra estrutura urbana, os equipamentos domésticos. Sim, enraizam-se. Humanizam aqueles espaços que um dia esteve abandonado, ou foi mato. Tornam aquele lugar um lugar que não pode ser removido.

O Movimento: contrapondo-se à provisoriedade presente nas políticas públicas voltadas para as favelas, e que predomina de forma dramática nos territórios estudados, as ações

coletivas criam movimento no território. Um movimento que está voltado para interrogar as soluções pontuais, provisórias e a valorizar o pertencimento dos moradores, destacando suas raízes. Foi este o sentido das lutas contra as remoções em Manguinhos e as denúncias da dor vivida pelos moradores que sofriam ao abandonar suas casas, por exemplo. Este tem sido o sentido das articulações e diálogos nos três territórios: valorizar a vida, ameaçada cotidianamente pelas soluções provisórias. Neste movimento, a articulação entre os fóruns de lutas na cidade tem sido fundamental.

A Visibilidade: lutando contra o anonimato, contra o desencontro e a falta de informações, estimulados pela gestão das políticas públicas, e, sobretudo, contra a invisibilidade dos dramas cotidianos dos moradores, as ações coletivas têm buscado vários caminhos para tornar visíveis as lutas e experiências de seus moradores. Além dos caminhos usuais, de encontros, atos e manifestações, listas de e-mails, jornais informativos, sites na internet, redes sociais como o facebook tem sido os caminhos encontrados.

É neste sentido que concluímos que a contribuição que o projeto pode oferecer, partindo de uma análise participativa do PAC, está no enfrentamento das contradições presentes nas políticas dirigidas às favelas, que reproduzem o medo e limitam a ampliação da autonomia dos sujeitos e do humano.

O desafio que se coloca, portanto, é enfrentar a questão do medo como força propulsora de organização da sociedade e das políticas públicas para a cidade. Como alerta Mia Couto⁶

Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos. Mas não há hoje no mundo muro que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do sul e do norte, do ocidente e do oriente (...) Citarei Eduardo Galeano acerca disso que é o medo global: "Os que trabalham têm medo de perder o trabalho. Os que não trabalham têm medo de nunca encontrar trabalho. Quem não tem medo da fome, têm medo da comida. Os civis têm medo dos militares, os militares têm medo da falta de armas, as armas têm medo da falta de guerras." E, se calhar, acrescento agora eu, há quem tenha medo que o medo acabe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, I. Materiais Educativos e Produção de Sentidos Sociais na Intervenção Social. In: Monteiro, S & Vargas, E. [org.] Educação, Comunicação e Tecnologia: interfaces com o campo da saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006:49-69.

ARAÚJO, I.S. & CARDOSO, J.M. 2007. Comunicação e Saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 152 p.

BECKER, H. Método de Pesquisas em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1993

⁶ Vídeo com a fala de Mia Couto disponível em: Conferências do Estoril 2011 - Mia Couto, <http://www.youtube.com/watch?v=iACccaTogxE>, acesso em 01/12/2012

- BOURDIEU, P. (Coord.). A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOSI, Eclea. O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. Lembranças de Velhos. 2ªed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor Ltda: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.
- BRITO, J.& ATHAYDE, M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. Trabalho, Educação e Saúde, v.1, n.2, p. 63-89, 2003.
- CARVALHO, M. B. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 – 2013. Disponível em <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/12artigo29.pdf> , acesso em 01/08/14
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: Difel, 1990.
- CONSÓRCIO PAA AGRAR. Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos – Relatório de Diagnóstico. 2004 (impresso).
- COSTA, R. GR ET AL. Manguinhos - diagnóstico histórico-urbano-sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde. Relatório Final. Edital Cidades Saudáveis – PDTSP, FIOCRUZ. 2010.
- CUNHA, M. B. & FRIGOTTO, G. O trabalho em espiral: uma análise do processo de trabalho dos educadores em saúde nas favelas do Rio de Janeiro. Interface (Botucatu) [online]. 2010, vol.14, n.35 [cited 2011-12-09], pp. 811-823 .
- CUNHA, M.B. Testemunhos orais e memória: a formação e a reinvenção da vida no processo de pesquisa em favelas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.FIOCRUZ.br/ehosudeste/templates/htm/vii encontro/textosIntegra/MarizeCunha.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2010. [Links]
- _____. Nos desencontros e fronteiras: os trabalhadores sociais das favelas do município do Rio de Janeiro. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2005.
- _____. *Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro e Outras Moradas: História e Saber nas Favelas da Penha*, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1995.
- _____. Movimentando o Binóculo: das análises que imobilizam às falas que interrogam” In: Garcia, Ragina Leite & Valla, Victor Vincent. (org.). *A Fala dos Excluídos*, Cadernos cedec - Centro de Estudos Educação e Sociedade, nº38, Campinas: Papyrus.
- ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 4ª ed., 2008.
- DOCUMENTÁRIO PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança, 2010. Acervo LTM.
- DOMINGUEZ, M.T. Práticas Locais dos moradores e os problemas de saúde e ambiente de Jardim Catarina, SG,RJ., dissertação- Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.
- 10º Balanço PAC 2 - março-junho, 2014. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=61&ler=t11421>, acesso em 22/07/2014.

- FERNANDES, T. M. & COSTA., R.G. *Histórias de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- FLEURY, S. Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, no 30, mai./ago. 2012, p. 194-222.
- FREIRE, I. & SOUZA, M.D. "Trocando o pneu com o carro andando": Uma etnografia do Processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos (Relatório Final). Edital Cidades Saudáveis – PDTSP, FIOCRUZ, 2010. Impresso.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.
- FUNTOWICZ, S. E RAVETZ, J. Ciência Pós-Normal e Comunidades Ampliadas de Pares Face aos Desafios Ambientais. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, IV(2): 219-230 Jul.-Out. 1997.
- GOVERNO DO ESTADO: SECRETARIA DE OBRAS, INFORMAÇÃO PÚBLICA. PAC COMUNIDADE COMPLEXO DE MANGUINHOS – URBANIZAÇÃO. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/informacaopublica/exibeconteudo?article-id=1036918>. Acesso em: 22/07/2014 (a)
- GOVERNO DO ESTADO: SECRETARIA DE OBRAS. NOTÍCIAS. ESTADO ENTREGA 564 APARTAMENTOS DA NOVA CCPL. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=2103491>. Data de acesso: 22/07/2014 (b)
- MADUREIRA, J. L.; SILVA, M. M.; DIAS, A. P.; SOARES, F. L. M.; OLIVEIRA, M.; EVANGELISTA, P.; EICH, M. A Construção de Redes Sociais de Manguinhos Frente ao Desafio da Desterritorialização das Políticas Públicas. In: VI Encontro Internacional Fórum Paulo Freire, Globalização, Educação e Movimentos Sociais: 40 anos da Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica - PUC, 16 a 20 de setembro de 2008.
- MARQUES, E. C. *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. São Paulo: RENAME. Fapesp, 2000.
- MARTINS, José de Souza Martins. *A Chegada do Estranho*, São Paulo: Editora Hucitec, 1993
- MORI, M.E.; SILVA, F.H.; BECK, Fernanda Luz. Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) como dispositivo de gestão: uma aposta no plano coletivo. *Interface (Botucatu)* [online]. 2009, vol.13, suppl.1 [cited 2012-03-08], pp. 719-727 .
- O'CONNOR J. *Causas Naturales: Ensayos de Marxismo Ecológico*. México: Siglo XXI, 2001.
- PIVETTA, GUIMARÃES E ZANCAN (Org). PAC Manguinhos: Um Relato Fotográfico, 2012. Disponível em www.conhecendomanguinhos.FIOCRUZ.br
- PIVETTA, F. & PORTO, M.F. PAC Manguinhos: promessa, desconfiança, esperança. *Boletim CESTEJH*. Ano 5, nº. 2, maio 2008:5
- PORTO, M.F.S. *Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. PORTO, M.F.S. & PIVETTA, F. Por uma Promoção da Saúde Emancipatória em Territórios Urbanos Vulneráveis In: CZERESNIA, D & FREITAS, C.M. Org. *Promoção da Saúde, conceitos, reflexões, tendências*. Ed. FIOCRUZ. 2ªed. 2009.
- PORTO, M.F. & FINAMORE, R. Riscos, saúde e justiça ambiental: o protagonismo das

- populações atingidas na produção de conhecimento. *Ciênc. Saúde Coletiva* , 17(6): 1493-1501, 2012
- RELATO DE URGÊNCIAS: fevereiro, 2014. LTM. Impresso.
- SANTOS, B.S. Para Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: O Fórum Social Mundial: Manual de Uso. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SANTOS, Carlos Nelson. 1981. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas Cariocas, 1930-1964*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SILVA MELLO et al. *Favelas Cariocas: ontem e hoje*, Rio de Janeiro: Garamond, 2012
- SILVA, E.F. et al., 2009 A Promoção da Saúde a partir das situações de trabalho: considerações referenciadas em uma experimentação com trabalhadores de escolas públicas. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação* 13(30):107-19.
- TRINDADE, Claudia Peçanha. “Não se faz omelete sem quebrar ovos”. Política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.
- _____. *A Miséria da Teoria*, Rio de Janeiro: Zahar ed, 1981.
- VALLA V (org.) *Educação e Favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*, Petrópolis: Vozes/ABRASCO, 1986.